



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Mestrado em Economia
Especialização em Economia Financeira

Vânia Catarina Neves de Sá

O Desemprego Jovem em Portugal

Trabalho de Projeto orientado por:

Professor Doutor António Manuel Portugal Duarte

Janeiro, 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Vânia Catarina Neves de Sá

O Desemprego Jovem em Portugal

Trabalho de Projeto de Mestrado em Economia, na especialidade de Economia Financeira, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Trabalho de Projeto orientado por:
Professor Doutor António Manuel Portugal Duarte

Coimbra, 2014

Resumo

O presente trabalho aborda uma temática bastante atual que se assume como uma das maiores preocupações dos decisores políticos e da população portuguesa: o desemprego e, em particular, o desemprego jovem. O problema do desemprego jovem atinge não só Portugal, mas também vários países da União Europeia, em que o número de desempregados jovens tem vindo a aumentar de forma acentuada. Com este estudo pretendemos dar a conhecer a realidade que nos rodeia através da comparação e análise de dados estatísticos relativos à taxa de desemprego jovem, bem como averiguar as possíveis causas e consequências do fenómeno. Desta forma foi possível verificar que o desemprego jovem tem apresentado um crescimento algo exponencial, sobretudo a partir de 2008, ano em que Portugal foi atingido pela atual crise económica e financeira, registando quase 40% de jovens desempregados, em 2012. Esta situação parece assim refletir a estagnação económica que o nosso país está a atravessar, sendo que o propósito do nosso estudo passa também por apresentar algumas medidas de política económica tendo em vista a diminuição deste flagelo que provoca consequências muito importantes a diversos níveis, económico, político e social.

Palavras-Chave: Desemprego, Desemprego Jovem, Portugal, Crise, ARIMA.

Classificação JEL: J64, G01, C53.

Abstract

The present paper discusses a topic that stands out as a major concern of both policy makers and the Portuguese population: unemployment and, in particular, youth unemployment. The problem of youth unemployment affects not only Portugal, but also several European Union countries, where the number of young unemployed has increased sharply. With this study we intend to compare and analyze statistical data relative to youth unemployment rate and explore the possible causes and consequences of this phenomenon. Thus, we found that youth unemployment has presented exponential growth, especially since 2008, the year in which Portugal was affected by the current economic and financial crisis, registering almost 40% of young unemployed in 2012. This situation seems to reflect the economic stagnation, so the purpose of our study is also to introduce some measures of economic policy to reduce this problem, since this has economic, political and socially consequences.

Keywords: Unemployment, Youth Unemployment, Portugal, Crisis, ARIMA.

JEL Classification: J64, G01, C53.

Agradecimentos

A concretização deste Trabalho de Projeto contou com o apoio de várias pessoas, a todas elas o meu sincero obrigado.

Ao meu namorado Daniel, que sempre esteve ao meu lado, agradeço todo o apoio e paciência que me dedicou.

A todos os meus colegas de Mestrado, em especial ao Henrique, ao Gil e ao Gonçalo, por toda a ajuda que me prestaram e por todos os momentos de boa disposição e companheirismo que partilhámos, bem como os momentos menos bons em que o apoio e as palavras de motivação não faltaram. Obrigado pela amizade.

Um sincero agradecimento ao Professor Doutor António Manuel Portugal Duarte pela orientação dada neste Projeto. Muito obrigado por todo o apoio prestado e pela paciência e disponibilidade que sempre demonstrou. Agradeço também todas as suas palavras de incentivo durante a realização deste trabalho, sobretudo nos momentos de maior desânimo. Foi sem dúvida incansável. Todos estes fatores foram essenciais para a realização deste trabalho.

Índice Geral

Resumo	i
Abstract.....	i
Agradecimentos	ii
Índice de Quadros	iv
Índice de Figuras	iv
Lista de Siglas e Abreviaturas	v
1. Introdução	1
2. O Desemprego	2
2.1. Enquadramento Teórico do Conceito de Desemprego: Breve Revisão da Literatura.....	2
2.2. Tipos de Desemprego: Breves Definições.....	5
2.3. Contextualização e Comparação do Desemprego e Desemprego Jovem em Portugal e na União Europeia	7
2.4. O Caso Português	11
3. Causas e Consequências do Desemprego em Portugal.....	16
3.1. Causas do Desemprego em Portugal	16
3.2. Consequências do Desemprego em Portugal.....	22
4. Estudo Empírico	25
4.1. Dados	26
4.2. O Modelo de Previsão ARIMA	26
4.2.1. Previsão Futura do Comportamento da Variável.....	27
4.2.2. Análise de Previsão Contrafactual do Comportamento da Variável	29
5. Medidas de Política Económica de Combate ao Desemprego	32
5.1. Medidas Adotadas	32
5.2. Avaliação das Medidas e Apresentação de Soluções	34
6. Conclusão.....	36
Bibliografia.....	38
Anexos.....	41

Índice de Quadros

Quadro 1 – Taxa de Desemprego (%) de 1980 a 2012	8
Quadro 2 – Taxa de Desemprego Jovem (%) de 1980 a 2012.....	10
Quadro 3 – Taxa de Desemprego (%) de 1992 a 2012 por Grupo Etário.....	12
Quadro 4 – Taxa de Desemprego e Taxa de Desemprego Jovem (%) de 1998 a 2012 por Nível de Escolaridade (completo).....	13
Quadro 5 – Taxa de Desemprego e Taxa de Desemprego Jovem (%) de 1992 a 2012 por Género.....	14
Quadro 6 – População Desempregada por Setor de Atividade de 2008 a 2012.....	15
Quadro 7 – Número de Emigrantes Permanentes e seu peso (%) na População Ativa em Portugal de 1993 a 2012.....	24
Quadro 8 – Teste de Raiz Unitária de Dickey-Fuller Aumentado (1980 – 2012)	28
Quadro 9 – Tipo de Modelo ARIMA (1980 – 2012).....	28
Quadro 10 – Previsão Futura da Taxa de Desemprego Jovem até 2015.....	28
Quadro 11 – Teste de Raiz Unitária de Dickey-Fuller Aumentado (1980 – 2007)	29
Quadro 12 – Tipo de Modelo ARIMA (1980 – 2007).....	30
Quadro 13 – Valores Previstos para os anos 2008 a 2010	30
Quadro 14 – Teste de Raiz Unitária de Dickey-Fuller Aumentado (1980 – 2009)	31
Quadro 15 – Tipo de Modelo ARIMA (1980 – 2009).....	31
Quadro 16 – Valores Previstos para os anos 2010 a 2012	31

Índice de Figuras

Figura 1 – Taxa de Crescimento Real do PIB e Taxa de Desemprego de 2004 a 2012.....	18
Figura 2 – Taxa de Crescimento do PIB e Variação Absoluta da Taxa de Desemprego nos anos de 2005 a 2011	19
Figura 3 – Desemprego Causado por um Salário Acima do Equilíbrio	21
Figura 4 – Taxa de Desemprego e Taxa de Emigração de 1993 a 2012	25
Figura 5 – Previsão Futura da Taxa de Desemprego Jovem até 2015	28
Figura 6 – Valores Previstos para os anos 2008 a 2010.....	30
Figura 7 – Valores Previstos para os anos 2010 a 2012.....	32

Lista de Siglas e Abreviaturas

ADF: Teste de Dickey-Fuller Aumentado

AIC: Critério de Informação Akaike

AR: Modelo Auto-Regressivo

ARIMA: Modelo Auto-Regressivo Integrado de Média Móvel

ARMA: Modelo Auto-Regressivo de Média Móvel

BIC: Critério de Informação de Schwarz

CEE: Comunidade Económica Europeia

FEDER: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FSE: Fundo Social Europeu

INE: Instituto Nacional de Estatísticas

MA: Modelo Média Móvel

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIT: Organização Internacional do Trabalho

PEDIP: Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa

PME: Pequenas e Médias Empresas

QREN: Quadro de Referência Estratégico Nacional

TSU: Taxa Social Única

UE: União Europeia

UEM: União Económica e Monetária

1. Introdução

Com a chegada da crise financeira, que teve início em 2008, Portugal foi um dos países mais afetados, trazendo consigo diversos problemas em termos de desempenho macroeconómico. Uma questão que tem merecido crescente preocupação por parte dos governantes e que tem sido objeto de debate público, no contexto da atual crise, é o fenómeno do desemprego e, dentro deste, do desemprego jovem.

De facto, nos últimos anos, Portugal assistiu a um aumento muito acentuado da sua taxa de desemprego jovem, situada hoje muito próxima dos 40%. Trata-se, portanto, de uma realidade muito preocupante, em especial porque nos últimos tempos tem atingido não apenas indivíduos pouco qualificados, mas também milhares de licenciados, constituindo assim um problema económico, político e social grave. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), para além da economia portuguesa, a União Europeia como um todo também tem registado elevados níveis de desemprego, sendo no entanto a Espanha e a Grécia os países onde o fenómeno se tem feito sentir com maior intensidade.

Para além da crise económica e financeira, são também apontados como fatores que podem estar na origem do fenómeno o progresso tecnológico e a concorrência de países produtores de bens a baixo custo, nomeadamente da China e da Índia. Tal como é referido por Mateus (2010:10) “a situação atual da economia portuguesa deve ser entendida num enquadramento rigoroso do contexto de crise e de transformação resultante, nomeadamente, do aprofundamento da globalização dos mercados, da aceleração do crescimento nas grandes economias emergentes e da manifestação de novos problemas de governação económica na Europa alargada”.

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo efetuar uma análise comparativa do desemprego jovem em Portugal e na União Europeia, bem como analisar as causas deste fenómeno em Portugal, de modo a justificar a sua trajetória crescente nos últimos anos. Será igualmente nosso propósito realizar um pequeno ensaio de previsão quanto ao comportamento futuro do desemprego jovem em Portugal, assim como avaliar o impacto da atual crise económica na evolução desta variável nos últimos anos. Procurar-se-á igualmente analisar as consequências que os elevados valores da taxa de desemprego acarretam sobre o “regular” funcionamento da economia, assim como apresentar algumas propostas de medidas de política económica com vista à sua diminuição.

Para este efeito, será realizada uma análise de estatística descritiva, baseada no estudo do comportamento de diversas séries temporais e na análise de correlação entre as várias variáveis objeto de estudo. Paralelamente, e tal como foi referido, será também realizado um pequeno ensaio de previsão sobre o comportamento da taxa de desemprego jovem, tendo por base um modelo de previsão ARIMA.

Para além da Introdução, o presente trabalho encontra-se dividido em 6 secções. A secção 2 incorpora quatro subsecções, a começar pela revisão da literatura, seguida por uma breve descrição de conceitos e, posteriormente, pela apresentação e análise de dados estatísticos para Portugal e para alguns países da União Europeia. Na secção 3 apresentam-se as principais causas e consequências do desemprego em Portugal, sendo o estudo econométrico realizado na secção 4, com base num modelo de previsão ARIMA. Na secção 5 analisam-se algumas medidas que têm sido tomadas pelos decisores políticos, sendo igualmente sugeridas novas propostas de política económica com o intuito de diminuir os valores do desemprego jovem em Portugal. A secção 6 conclui este trabalho.

2. O Desemprego

No sentido de procurar identificar as origens teóricas do desemprego, esta secção tem como objetivo apresentar uma breve revisão de alguns trabalhos que usualmente servem de base ao estudo do tema em análise. Serão também apresentados os diferentes tipos de desemprego e respetivas definições e, posteriormente, uma breve contextualização e comparação do desemprego e desemprego jovem em Portugal e na União Europeia. Por último, será dada especial ênfase à análise do fenómeno em Portugal através da apresentação e discussão de alguns dados mais detalhados.

2.1. Enquadramento Teórico do Conceito de Desemprego: Breve Revisão da Literatura

Na literatura económica, o conceito de desemprego é abordado por vários autores, sobretudo a partir dos finais da década de sessenta.

Milton Friedman (1968) foi o primeiro autor a falar de uma taxa de desemprego natural, enquanto discursava numa palestra da *American Economic Association* sobre os limites da política monetária. Friedman (1968:8) definiu-a como: “o nível que seria atingido por um sistema de equações walrasiano de equilíbrio geral, desde que ele reflita

as características estruturais reais dos mercados de trabalho e de bens, incluindo as imperfeições do mercado, a variabilidade estocástica na procura e oferta, o custo de obter informações sobre vagas e disponibilidades de trabalho, os custos de mobilidade, e assim por diante.”¹

Simultaneamente, esta mesma temática estava a ser estudada por outro economista – Edmund Phelps (1967, 1968). Ambos os autores consideravam que a taxa de desemprego natural era determinada por fatores estruturais do mercado de trabalho, como a legislação sobre o salário mínimo, o comportamento dos sindicatos e a informação imperfeita que caracterizava a relação entre trabalhadores e empresas.

Apesar de realizarem estudos separadamente, ambos os autores estavam em consonância relativamente à definição de taxa de desemprego natural e consideravam que era um conceito importante para os decisores de política económica.

Pela definição apresentada pelos dois economistas, considerava-se a inexistência da hipótese do *trade-off* entre inflação e desemprego. Esta hipótese surgiu a partir de um estudo empírico originalmente desenvolvido por Phillips (1958) para o Reino Unido, que inicialmente traduzia o *trade-off* entre a taxa de desemprego e a taxa de variação nos salários nominais, tendo ficado conhecido na literatura económica por curva de Phillips. Nesta investigação, Phillips (1958) procurou explicar a taxa de variação dos salários nominais através da taxa de variação do desemprego. Assim, o autor analisou a relação entre a procura e oferta de um bem com o seu preço, aplicado ao mercado de trabalho, e definiu essa relação como determinante na taxa de variação dos salários nominais. Desta forma, os salários nominais aumentavam (diminuíam) quando a taxa de desemprego era baixa (alta), concluindo assim pela existência de uma relação inversa entre estas duas variáveis.

Posteriormente, em 1960, os autores Paul Samuelson e Robert Solow² “alteraram este *trade-off*”, passando a curva de Phillips a traduzir a relação entre taxa de desemprego e taxa de inflação. Estes autores estavam interessados em analisar políticas anti-inflacionistas e, só a partir daí, é que o trabalho de Phillips passou a ser referência na literatura económica.

¹ Tradução do autor a partir do original “*the level that would be ground out by the Walrasian system of general equilibrium equations, provided there is imbedded in them the actual structural characteristics of the labor and commodity markets, including market imperfections, stochastic variability in demands and supplies, the cost of gathering information about job vacancies and labor availabilities, the costs of mobility, and so on.*”

² Veja-se Samuelson e Solow (1960).

Desta forma, a curva de Phillips indicava que só seria possível obter taxas de desemprego mais baixas à custa de taxas de inflação mais elevadas. Por outras palavras, uma descida na taxa de desemprego conduz a maiores salários nominais e, como resultado desse aumento salarial, as empresas aumentam os seus preços. Consequentemente, os trabalhadores, com base nos valores passados dessa variável, antecipam o aumento de preços e exigem novos aumentos salariais, gerando-se assim um ciclo de aumentos, quer de salários quer de preços.

Friedman (1968) não deixa no entanto de salientar que a sua visão do fenómeno ia de encontro à ideia de Phillips (1958) no sentido em que ambas as perspetivas revelavam que o comportamento dos salários acaba por refletir uma pressão no mercado de trabalho. Contudo, Phillips utilizava os salários nominais no seu estudo, algo que Friedman criticava, pois este defende que a taxa de desemprego natural, pela sua definição, é determinada por fatores reais/estruturais, sendo que deveria ter utilizado os salários reais ao invés dos nominais.

Nesta linha de raciocínio, Friedman (1968) e Phelps (1995) partilhavam também as mesmas ideias no que respeita às limitações da política monetária, afirmando que esta não poderia ser utilizada para determinar a taxa de desemprego natural. Isto pode ser explicado pelo facto desta política afetar variáveis nominais, ao passo que a taxa de desemprego natural é um fenómeno real e deve ser combatido por fatores reais. Assim sendo, a referida taxa não pode ser afetada pela inflação pelo facto de ser um fenómeno monetário, daí que estes autores não considerassem a hipótese de um *trade-off* a longo prazo entre inflação e desemprego.

Desta forma, políticas monetárias que tivessem como objetivo a criação de emprego, apenas teriam efeitos temporários, ou seja, o nível de desemprego poderia ficar abaixo da sua taxa natural, mas apenas no curto-prazo – período onde existe realmente um *trade-off* entre inflação e desemprego, pois no longo-prazo o desemprego tenderia a retomar os seus valores “naturais”, confirmando-se assim a limitação da política monetária neste campo.

Sendo assim, estas políticas iriam apenas causar inflação no longo-prazo, sem efeitos permanentes na taxa de desemprego, pois a inflação não voltaria para o seu nível inicial, ao passo que o desemprego aumentava para o seu nível natural.

No sentido de explicar o *trade-off* de curto e longo-prazo existente entre inflação e desemprego, Friedman (1968) e Phelps (1967) introduzem a formação das expectativas sobre a taxa de inflação (influência que a inflação esperada exerce sobre a inflação

presente) na curva de Phillips. Os autores consideravam que no mercado de trabalho o importante seriam as variações reais e não as nominais, uma vez que as negociações salariais tinham em conta a inflação esperada.

Esta questão foi também objeto de estudo por parte de Robert Lucas e Leonard Rapping³, no final da década de sessenta, tendo os autores chegado a conclusões em tudo idênticas às de Friedman e Phelps, ou seja, a existência de um *trade-off* entre inflação e desemprego apenas no curto-prazo, confirmando-se a ineficácia da política monetária na determinação da taxa de desemprego natural no longo-prazo. Mais tarde, em 1972, é Robert Lucas⁴ quem formaliza, na literatura económica, a questão da taxa de desemprego natural, com a introdução da hipótese das expectativas racionais em relação à inflação. Esta hipótese supõe que os agentes económicos conheçam de forma perfeita os modelos que regem a economia. Assim, os indivíduos antecipam racionalmente os efeitos futuros de políticas monetárias que visem a redução do desemprego, pelo que, no presente, atuam de acordo com as expectativas formadas. Consequentemente, os efeitos destas políticas vão ser neutralizados, apresentando-se como ineficazes.

2.2. Tipos de Desemprego: Breves Definições

Após a realização desta breve revisão de literatura, torna-se importante apresentar alguns conceitos básicos relativamente aos tipos de desemprego usualmente utilizados.

É relevante conhecer os tipos de desemprego, por forma a saber quais as políticas mais adequadas que devem ser utilizadas para a sua diminuição.

O conceito de desemprego é bastante amplo e, por isso, difícil de definir em poucas palavras. Contudo, resumidamente, por desemprego entende-se o desequilíbrio entre a procura e a oferta de mão-de-obra, ou seja, o excesso de indivíduos, pertencentes à população ativa, que estão à procura de trabalho remunerado e não o encontram. A taxa de desemprego é um indicador económico que mede o nível de desemprego de uma economia. Trata-se, portanto, do rácio entre a população desempregada e a população ativa.

Como já referido, a taxa de desemprego natural é a taxa de desemprego para a qual a economia tende no longo prazo, com ausência de inflação, sendo afetada por fatores de ordem estrutural.

³ Veja-se Lucas e Rapping (1969).

⁴ Veja-se Lucas (1972).

Existem de facto vários tipos de desemprego. Contudo, a nossa atenção centrar-se-á sobre aqueles que no nosso entender são mais importantes - cíclico, estrutural e friccional⁵.

Um dos tipos de desemprego que temos vindo a assistir devido à atual situação de crise e que tem atingido a maior parte dos países da Europa, é o designado desemprego cíclico, que ocorre no curto prazo quando a economia está a produzir abaixo do nível de pleno emprego. Este deve-se às condições de funcionamento da economia, ou seja, acompanha o ciclo económico, sendo que aumenta em períodos de recessão e diminui em períodos de expansão. Assim, um abrandamento temporário do crescimento económico tem como consequência uma redução da produção, que por sua vez leva ao aumento do desemprego.

Por seu turno, o desemprego estrutural é considerado um dos tipos de desemprego mais importante, que tende a permanecer no longo-prazo, ou seja, existe mesmo quando a economia se encontra em equilíbrio. Este pode resultar da inadequação entre as exigências do mercado de trabalho e as aptidões dos trabalhadores, nomeadamente a nível geográfico ou no âmbito das tecnologias.

Por último, o desemprego friccional, que também está bastante presente na economia, está relacionado com a rotação do trabalho, ou seja, a qualquer momento surgem novas oportunidades de trabalho e outras que acabam, o que faz com que haja um fluxo de entradas e saídas de trabalhadores no mercado de trabalho. Assim, o tempo que o indivíduo demora a procurar esses novos postos de trabalho e a respetiva transição de emprego, faz com que haja sempre trabalhadores no desemprego. Pode dizer-se que este tipo de desemprego decorre do desajustamento no sistema de informação entre os candidatos e as vagas de emprego.

Existem ainda outros tipos de desemprego, para os quais apenas fazemos uma breve referência, como é o caso do desemprego sazonal, em que as atividades económicas variam consoante as épocas do ano, e o desemprego de pesquisa, em que é o próprio indivíduo que opta por ficar desempregado à procura de propostas mais atrativas⁶.

⁵ Nesta descrição seguimos de perto Duarte e Andrade (2000).

⁶ Para mais detalhes veja-se, por exemplo, Ehrenberg e Smith (2009).

2.3. Contextualização e Comparação do Desemprego e Desemprego Jovem em Portugal e na União Europeia

Na sequência da atual crise económica e financeira que a maior parte dos países da Europa está a atravessar, tem-se verificado um agravamento no desempenho macroeconómico de várias economias. De facto, tal como é salientado por Pedroso *et al.* (2005:70) “num quadro macroeconómico caracterizado pela crescente globalização e liberalização do comércio e pelo envelhecimento da população, a Europa tem vindo a debater-se com o problema de estagnação do crescimento das suas principais economias”.

Uma das grandes consequências deste panorama é, sem dúvida, o aumento do desemprego que tem afetado inúmeros países. É um dos temas mais debatidos atualmente, pois é uma realidade bastante preocupante e assustadora pelos números que apresenta e pelas consequências que acarreta. Tal como referido pelo mesmo autor, este fenómeno é fruto dos desenvolvimentos económicos e sociais que se têm registado num cenário cada vez mais globalizado e competitivo. Estamos perante economias cada vez mais competitivas à escala mundial, em que apenas sobrevivem as economias mais poderosas, sendo que nas menos competitivas ocorrem problemas como o aumento do desemprego.

Na mesma linha de pensamento, Mateus (2010:18) salienta que “a formação de uma nova geografia competitiva na economia mundial já não constitui uma tendência embrionária. É antes uma realidade forte e consistente, que alterou, drasticamente em muitos aspetos, o quadro concorrencial e as próprias condições de crescimento económico e de criação e de sustentação de emprego, sobretudo nas economias industrializadas menos consolidadas e mais vulneráveis.”

A economia de cada país reflete exatamente a situação pela qual está a passar, sendo fruto das medidas tomadas, ao longo do tempo, que têm resultado em graves consequências. O desemprego é um exemplo disso, apresentando-se como uma das maiores fraquezas em determinados países.

No Quadro 1 documenta-se a evolução da taxa de desemprego entre os anos de 1980 e 2012 para União Europeia a 27, bem como para os três países que apresentam, atualmente, as taxas de desemprego mais elevadas – Portugal, Espanha e Grécia –, e os três países com as taxas de desemprego mais baixas – Holanda, Áustria e Luxemburgo –, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que engloba os seus próprios dados estatísticos – Laborsta –, bem como os do Eurostat e OCDE.

Quadro 1 – Taxa de Desemprego (%) de 1980 a 2012

Anos/Países	UE 27	Portugal	Espanha	Grécia	Holanda	Áustria	Luxemburgo
1980	-	6.7	11.1	-	-	-	-
1981	-	7.1	13.7	4.0	7.9	-	-
1982	-	6.3	15.5	5.8	-	3.3	-
1983	-	7.6	16.9	7.8	11.9	4.1	3.2
1984	-	8.4	19.6	8.1	8.1	3.8	2.7
1985	-	8.6	21.0	7.8	10.5	3.6	3.0
1986	-	8.6	20.6	7.4	6.5	3.1	2.7
1987	-	7.2	19.9	7.4	9.9	3.8	2.4
1988	-	5.8	18.9	7.7	9.4	3.6	1.9
1989	-	5.1	17.0	7.5	8.7	3.1	1.5
1990	-	4.7	16.0	7.0	7.7	3.2	1.6
1991	-	4.3	16.1	7.7	7.3	3.4	1.5
1992	-	4.1	18.1	7.8	5.6	3.6	2.0
1993	-	5.5	22.4	9.0	6.3	4.3	2.3
1994	-	6.9	23.9	8.9	7.2	3.5	3.5
1995	-	7.2	22.7	9.1	7.2	3.7	2.9
1996	-	7.3	22.0	9.7	6.4	4.1	3.3
1997	-	6.9	20.6	9.6	5.5	4.2	2.5
1998	-	4.9	18.6	10.8	4.4	4.2	2.8
1999	-	4.4	15.6	11.7	3.6	3.7	2.4
2000	8.8	3.9	13.9	11.1	2.7	3.5	2.3
2001	8.4	4.0	10.5	10.2	2.1	3.6	1.8
2002	8.4	5.0	11.4	10.3	2.6	4.0	2.6
2003	8.4	6.3	11.3	9.7	3.6	4.3	3.7
2004	8.5	6.7	11.0	10.5	4.6	4.9	5.1
2005	8.1	7.6	9.2	9.9	4.7	5.2	4.5
2006	7.2	7.7	8.5	8.9	3.9	4.7	4.7
2007	6.3	8.0	8.3	8.3	3.2	4.4	4.1
2008	6.2	7.6	11.3	7.7	2.8	3.8	5.1
2009	8.8	9.5	18.0	9.5	3.4	4.8	5.1
2010	10.0	10.8	20.1	12.5	4.5	4.4	4.4
2011	10.0	12.9	21.7	17.7	4.4	4.2	4.8
2012	10.6	15.9	25.0	24.3	5.3	4.3	5.1

Nota: O sinal menos (-) representa a inexistência de dados. Para uma análise complementar da evolução da variável veja-se também Anexo 1.

Fonte: OIT.

Para o conjunto dos 27 Estados-membros da União Europeia é possível observar que a evolução da taxa de desemprego não é muito satisfatória, sendo difícil traçar um cenário positivo no âmbito da oferta no mercado de trabalho. Segundo dados da OIT, em 2012, o país com pior desempenho ao nível do desemprego é a Espanha, em que 25% da sua população ativa está desempregada, seguida pela Grécia com 24.3%. Portugal é o terceiro país da União Europeia – 27 que apresenta a pior taxa de desemprego, registando 15.9%. A média dos 27 Estados-membros é de 10.6% e os

países com menor taxa de desemprego são a Áustria, Luxemburgo e a Holanda com 4.3%, 5.1% e 5.3% respetivamente.

Desde 2008 que se regista um agravamento considerável da taxa de desemprego, quer na União Europeia – 27, quer em Portugal, Espanha e Grécia, sendo a trajetória crescente observada consequência, em grande parte, do abrandamento do crescimento das respetivas economias. Também é possível verificar que no espaço de dez anos a taxa de desemprego em Portugal mais do que triplicou, passando de 5% em 2002 para 15.9%, em 2012, ultrapassando o valor da média da União Europeia em 2006.

Constata-se assim que Portugal é um dos países mais atingidos por este fenómeno. Através de uma análise da sua evolução histórica por períodos específicos, verifica-se que entre os anos de 1980 e 1985, a taxa de desemprego em Portugal encontrava-se entre os 6% e os 8%. Em 1986, com a sua entrada na União Europeia, na altura Comunidade Económica Europeia (CEE), este indicador registava 8.6%, descendo para os 4.3%, em 1991. Segundo Amaral (2006), estes números devem-se exatamente à entrada de Portugal na UE, pois a transferência de fundos comunitários, combinada com uma maior abertura económica e integração de Portugal no espaço europeu, permitiram um crescimento da economia portuguesa e uma melhoria das condições de vida da população.

O período entre 1992 e 1998 é caracterizado por um ligeiro aumento da taxa de desemprego de 4.1% para 4.9%. Por esta altura já se faziam sentir os efeitos da globalização, e foram designados como os anos de preparação para a entrada na União Económica e Monetária (UEM). A adesão de Portugal à UEM foi em 1999. No entanto, foi em 2002 que a moeda única europeia entrou em circulação, sendo a partir daí que a taxa de desemprego começa o seu percurso ascendente. As consequências da adesão tornaram-se preocupantes, ficando a economia portuguesa mais exposta e frágil. Portugal perdeu autonomia na condução da sua política monetária que segundo, por exemplo, Aguiar-Conraria *et al.* (2012) servia para fazer frente às consequências dos choques que afetavam a economia, bem como da política cambial, uma vez que no contexto de um regime cambial de moeda única se perdia a possibilidade de desvalorização cambial de modo a corrigir desequilíbrios externos. Estes dois fatores combinados com a globalização e uma apreciação da taxa de câmbio real, explicam a perda de competitividade da economia portuguesa, fazendo com que o valor das importações superasse o das exportações. Consequentemente, várias empresas viram as suas produções baixar, conduzindo-as à falência e ao aumento do desemprego. Tal

como é salientado por Mateus (2010:33), “as consequências de uma perda de competitividade seriam sempre a perda de quotas de mercado, isto é, a redução da atividade económica e do emprego e o agravamento do desemprego”.

É a partir de 2002, até aos dias de hoje, que a economia portuguesa apresenta uma estagnação da atividade económica, também marcada pela crise financeira que teve início em 2008, coincidindo esta situação com um aumento da taxa de desemprego.

O Quadro 2 documenta a evolução da taxa de desemprego jovem entre os anos de 1980 e 2012, para a União Europeia – 27, bem como para Portugal, Espanha e Grécia, que como se pode observar voltam a ser os países com piores taxas de desemprego jovem tendo por base dados da OIT. Contrariamente, a Holanda, a Áustria e a Alemanha são os países com melhor desempenho neste indicador.

Quadro 2 – Taxa de Desemprego Jovem (%) de 1980 a 2012

Anos/Países	UE 27	Portugal	Espanha	Grécia	Holanda	Áustria	Alemanha
1980	-	16.4	25.3	-	-	-	-
1981	-	16.2	30.9	13.8	-	-	-
1982	-	14.6	34.7	19.1	-	5.2	-
1983	-	17.4	37.6	23.1	12.1	6.1	-
1984	-	19.0	41.8	24.0	11.7	5.1	-
1985	-	19.0	43.8	24.2	10.4	4.3	-
1986	-	18.5	42.8	24.3	9.1	3.9	-
1987	-	15.4	40.1	25.0	8.7	5.0	-
1988	-	12.5	37.3	26.0	8.2	4.6	-
1989	-	10.8	32.2	24.9	7.3	4.1	-
1990	-	9.6	30.2	23.3	6.8	3.8	-
1991	-	8.8	29.0	24.5	6.5	3.7	5.4
1992	-	9.4	32.4	25.0	8.1	4.1	6.2
1993	-	12.1	41.0	28.8	7.7	4.7	7.6
1994	-	14.1	42.9	27.7	11.3	5.0	8.2
1995	-	15.7	40.4	27.9	12.1	5.2	8.2
1996	-	16.3	39.9	31.2	11.4	6.3	9.4
1997	-	14.6	37.2	31.0	9.7	6.3	10.2
1998	-	10.4	33.9	29.7	8.8	5.8	9.0
1999	-	8.8	28.3	31.7	7.4	5.1	8.6
2000	18.4	8.6	25.3	29.5	5.3	5.1	8.4
2001	19.2	9.4	20.8	28.0	4.4	5.6	8.3
2002	19.4	11.6	22.2	26.8	4.6	6.2	9.8
2003	18.6	14.5	22.7	26.8	6.6	7.0	10.6
2004	19.0	15.3	22.0	26.9	8.0	9.7	12.6
2005	18.8	16.1	19.7	26.0	8.2	10.3	15.2
2006	17.7	16.2	17.9	25.2	6.6	9.1	13.6
2007	15.5	16.6	18.2	22.9	5.9	8.7	11.7
2008	15.5	16.5	24.6	22.1	5.3	8.1	10.4

Anos/Países	UE 27	Portugal	Espanha	Grécia	Holanda	Áustria	Alemanha
2009	19.8	20.0	37.9	25.8	6.6	10.0	11.0
2010	21.1	22.3	41.6	32.9	8.7	8.8	9.7
2011	23.3	30.1	46.4	44.4	7.6	8.3	8.6
2012	25.0	37.7	53.2	55.3	9.5	8.7	8.1

Nota: O sinal menos (-) representa a inexistência de dados. Para uma análise complementar da evolução da variável veja-se também Anexo 2.

Fonte: OIT.

De facto, relativamente à taxa de desemprego jovem, indicador que tem em conta a população com idades entre os 15 e os 24 anos, em geral o cenário é ainda mais negro. Desde 2008, na sequência da intensificação da crise económica e financeira, a União Europeia e países como Portugal, Espanha e Grécia, têm seguido um percurso deveras preocupante. Em 2012, a média dos 27 Estados-membros foi de 25% de jovens desempregados. Espanha e Grécia, comparativamente com 2008, mais do que duplicaram a sua taxa de desemprego jovem, apresentando valores extremamente preocupantes, com 53.2% e 55.3%, respetivamente, em 2012. Por seu turno, a maior taxa de desemprego jovem atingida pela Holanda, Áustria e Alemanha foi de 12.8%, 10.3% e 15.2%, respetivamente. Já o desemprego em Portugal, em 2012, atingiu 37.7% dos jovens, mantendo-se como o terceiro país da União Europeia com a pior taxa de desemprego jovem.

Como é referido por Gonçalves (2005), é importante salientar estas enormes disparidades entre países, que em muito acabam por refletir os diferentes sistemas educativos de cada país e o respetivo sistema de emprego, ou seja, a transição da vida académica para o mercado de trabalho, que tem em conta a duração da escolaridade e respetivas qualificações e a preparação para o início da vida profissional.

De acordo com Eichhorst (2013), as baixas taxas de desemprego jovem em países como a Alemanha, Áustria e Holanda devem-se às formações profissionais em vigor nesses países, mais precisamente ao *ensino dual*. Estes possuem uma formação de ensino muito focada nas necessidades de envolvimento entre as empresas e os estudantes. Isto permite uma ligação estreita entre a vida académica e profissional, facilitando a entrada no mercado de trabalho, através da adoção de conhecimentos específicos e alguma experiência do primeiro emprego.

2.4. O Caso Português

Relativamente ao caso português, vamos nesta secção debruçar-nos de forma mais profunda sobre a realidade do fenómeno do desemprego, apresentando alguns dados

estatísticos de determinadas rúbricas que consideramos importantes de analisar. Assim, a análise vai incidir na taxa de desemprego⁷ por grupo etário, nível de escolaridade e género, bem como por setores de atividade mais afetados, a partir de dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE)⁸.

Quadro 3 – Taxa de Desemprego (%) de 1992 a 2012 por Grupo Etário

Anos	Total	Grupo Etário					
		15 - 24 ^a	25 - 34	35 - 44	45 - 54	55 - 64	65 ou mais
1992	4.1	10.0	4.6	2.7	1.9	1.9	-
1993	5.5	12.6	6.2	3.7	3.1	3.4	-
1994	6.8	14.7	8.1	5.1	4.2	3.9	-
1995	7.1	16.1	8.5	5.2	4.8	4.1	-
1996	7.2	16.5	7.9	5.4	5.3	4.7	-
1997	6.7	14.8	7.2	5.2	4.9	5.0	-
1998	4.9	10.4	5.6	3.9	3.7	3.3	-
1999	4.4	8.8	4.8	3.7	3.4	3.1	-
2000	3.9	8.6	4.1	3.2	3.1	3.2	-
2001	4.0	9.4	4.1	3.2	3.0	3.2	-
2002	5.0	11.6	5.6	4.0	3.5	3.7	-
2003	6.3	14.5	7.5	5.1	4.3	4.3	-
2004	6.7	15.3	7.2	5.5	5.2	5.6	-
2005	7.6	16.1	8.9	6.5	6.1	6.2	-
2006	7.7	16.3	9.1	6.3	6.3	6.3	-
2007	8.0	16.6	9.8	6.7	6.6	6.5	-
2008	7.6	16.4	8.7	6.7	6.1	6.6	-
2009	9.5	20.0	10.9	8.5	8.2	7.7	0.4
2010	10.8	22.4	12.7	9.8	9.5	8.9	0.6
2011	12.7	30.1	14.0	11.0	10,9 ^b		1.0
2012	15.7	37.7	18.1	13.4	13.0		1.7

Nota: O sinal menos (-) representa a inexistência de dados; (a) Entre os anos 1992 e 1997 o INE considera este grupo etário entre os 14 e 24 anos; (b) Nos anos 2011 e 2012 o INE agrupa desta forma as idades.

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Através da análise do Quadro 3, que evidencia a taxa de desemprego por grupos etários entre 1992 e 2012, verifica-se que o aumento do desemprego se faz sentir em todos os grupos etários. Contudo, é nos jovens, entre os 15 e 24 anos, que esse aumento é mais significativo. Destaca-se também o grupo dos 25 aos 34 anos, que contribui de

⁷ Segundo o INE, desempregado é o indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que no período de referência se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: i) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; ii) tinha procurado ativamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores); iii) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não.

⁸ Procedemos à alteração da base de dados (OIT para INE) uma vez que a OIT não fornecia informação tão detalhada tal como o INE fornece. Não é assim de estranhar que se possa constatar uma ligeira diferença de dados. Anteriormente não utilizámos dados do INE uma vez que este não fornecia dados para um período temporal tão alargado.

forma muito significativa para a tendência de aumento do desemprego, apesar de apresentar valores ligeiramente mais baixos comparativamente ao grupo dos jovens.

Nestes valores pode ler-se a grande fragilidade que existe no mercado de trabalho em Portugal, nomeadamente em períodos de crise económica como em 2008. Desde então, a taxa de desemprego, em particular no grupo etários dos jovens, aumentou drasticamente, registando cerca de 38% jovens desempregados em 2012.

Em todos os anos, segundo os dados do INE, verifica-se que a taxa de desemprego jovem – 15 aos 24 anos – representa mais do dobro da taxa de desemprego total, o que revela uma grande desigualdade social, pondo em evidência os jovens como o grupo mais sacrificado.

Quadro 4 – Taxa de Desemprego e Taxa de Desemprego Jovem (%) de 1998 a 2012 por Nível de Escolaridade (completo)

Anos	Total			Jovem (15 - 24)		
	Total	Nível de Escolaridade		Total	Nível de Escolaridade	
		Secundário	Superior		Secundário	Superior
1998	4.9	6.9	3.4	10.4	13.3	11.8
1999	4.4	5.6	3.7	8.8	9.8	12.9
2000	3.9	4.6	3.1	8.6	9.4	10.2
2001	4.0	4.6	3.4	9.4	9.5	13.7
2002	5.0	5.5	4.9	11.6	9.9	17.8
2003	6.3	6.9	6.0	14.5	14.2	23.8
2004	6.7	6.9	5.3	15.3	13.7	20.6
2005	7.6	8.0	6.3	16.1	15.3	24.3
2006	7.7	8.5	6.3	16.3	16.0	29.0
2007	8.0	8.2	7.5	16.6	14.8	25.9
2008	7.6	7.9	6.9	16.4	14.3	27.3
2009	9.5	9.6	6.4	20.0	18.1	24.5
2010	10.8	11.3	7.1	22.4	21.3	26.1
2011	12.7	13.3	9.2	30.1	27.2	29.0
2012	15.7	17.6	11.9	37.7	35.5	39.1

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

O Quadro 4 descreve o desemprego por nível de escolaridade entre 1998 e 2012. A partir dele é possível retirar duas conclusões bastante interessantes, mas ao mesmo tempo bastante díspares: i) a primeira diz respeito ao desemprego total. Este é ligeiramente maior para quem obteve apenas o ensino secundário (e pós-secundário⁹), comparativamente a quem concluiu o ensino superior; ii) verifica-se exatamente o oposto para o desemprego jovem, ou seja, a taxa de desemprego dos jovens com

⁹ Considera-se ensino pós-secundário formações não superiores que visam uma especialização tecnológica.

diploma no ensino superior é claramente superior face aos jovens com ensino secundário. Esta segunda conclusão é uma realidade bastante preocupante, sendo por isso essencial perceber porque é que hoje em dia a posse de um diploma já não garante a entrada e permanência no mercado de trabalho. Estamos perante o tão falado desemprego jovem qualificado. A taxa de desemprego jovem, nas habilitações superiores, tem atingido valores surpreendentemente altos. Em 2012, afetou 39.1% dos jovens com qualificações superiores.

A qualificação da população, nomeadamente dos jovens, deve ser usada como fator de competitividade nas economias. Contudo, a realidade mostra que se está a verificar um grande desperdício a esse nível.

Quadro 5 – Taxa de Desemprego e Taxa de Desemprego Jovem (%) de 1992 a 2012 por Género

Anos	Total			Jovem (15 - 24) ^a		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1992	4.1	3.4	4.9	10.0	8.7	11.6
1993	5.5	4.6	6.5	12.6	10.5	15.0
1994	6.8	5.9	7.8	14.7	12.9	16.7
1995	7.1	6.3	8.1	16.1	14.6	18.1
1996	7.2	6.4	8.2	16.5	14.1	19.7
1997	6.7	6.0	7.5	14.8	11.7	18.8
1998	4.9	3.9	6.2	10.4	8.2	12.9
1999	4.4	3.9	5.0	8.8	7.2	10.8
2000	3.9	3.1	4.9	8.6	6.2	11.6
2001	4.0	3.2	5.0	9.4	7.2	12.1
2002	5.0	4.1	6.0	11.6	9.8	13.9
2003	6.3	5.5	7.2	14.5	12.4	17.0
2004	6.7	5.8	7.6	15.3	13.5	17.6
2005	7.6	6.7	8.7	16.1	13.6	19.1
2006	7.7	6.5	9.0	16.3	14.5	18.4
2007	8.0	6.6	9.6	16.6	13.5	20.3
2008	7.6	6.5	8.8	16.4	13.3	20.2
2009	9.5	8.9	10.2	20.0	18.7	21.6
2010	10.8	9.8	11.9	22.4	21.2	23.7
2011	12.7	12.4	13.1	30.1	28.7	31.7
2012	15.7	15.7	15.6	37.7	36.4	39.2

Nota: (a) entre os anos 1992 e 1997, o INE considera dos 14 aos 24 anos.

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Relativamente à análise do desemprego por género, apresentado no Quadro 5, é possível constatar que as mulheres são as mais atingidas por este fenómeno, ainda que não se afastando de forma muito significativa dos valores registados nos homens. A taxa de desemprego feminina total, de 1992 a 2011, é ligeiramente superior à masculina,

apresentando valores acima dos 10%, a partir de 2009. No escalão dos jovens, os dados são todavia mais significativos, verificando-se uma maior discrepância e incidência da taxa de desemprego jovem nas mulheres face aos homens, em todos os anos apresentados. É também importante salientar que foi em 2012 que se registaram os valores mais altos das taxas de desemprego, nomeadamente da taxa de desemprego jovem feminina com 39.2%.

Procurou-se também realizar uma análise por setores de atividade, com o intuito de averiguar quais os setores da economia que mais sofreram com o desemprego. Para esse efeito, apresenta-se no Quadro 6 a população desempregada à procura de novo emprego, bem como o último setor de atividade onde o indivíduo esteve empregue, para os anos 2008 a 2012, em termos absolutos e relativos, e ainda a taxa de crescimento anual do número de desempregados.

Quadro 6 – População Desempregada por Setor de Atividade de 2008 a 2012

Anos	Total		Setor de Atividade (CAE Rev.3) ^a								
			Agricultura ^b			Indústria ^c			Serviços ^d		
	Nº	T.C. ^e	Nº	%	T.C.	Nº	%	T.C.	Nº	%	T.C.
2008	368700	-	9350	2.5	-	151575	41.1	-	207775	56.4	-
2009	473300	28.4	12200	2.6	30.5	212850	45.0	40.4	248250	52.4	19.5
2010^f	539025	13.9	16275	3.0	33.4	229922	42.7	8.0	292828	54.3	18.0
2011	604600	12.2	14000	2.3	-14.0	228400	37.8	-0.7	362200	59.9	23.7
2012	737300	22.0	17800	2.4	27.1	277300	37.6	21.4	442300	60.0	22.1

Nota: (a) CAE Rev.3 – Classificação Portuguesa de Atividades Económicas; (b) Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; (c) Indústria, construção, energia e água; (d) Serviços, comércio, turismo, transportes e atividades financeiras; (e) Taxa de Crescimento da variável analisada; (f) No primeiro trimestre de 2010 o INE não dispunha de dados disponíveis para os setores da indústria e serviços pelo que a metodologia utilizada para os calcular foi a extrapolação, pressupondo a mesma relação de proporcionalidade verificada no trimestre de 2009 e a correspondente taxa de crescimento dos setores. Com os dados trimestrais calculou-se a sua média de modo a obter dados anuais, isto para todos os anos apresentados.

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, verificou-se que em 2008 a população desempregada à procura de novo emprego rondava as 369000 pessoas, sendo que 56.4% dos desempregados pertenciam ao setor dos serviços, 41.1% à indústria e apenas 2.5% à agricultura. Relativamente a 2009, a população desempregada aumentou cerca de 28%, passando para 473300 pessoas. O setor de atividade que em 2009 obteve a maior taxa de crescimento de desempregados foi o da indústria, com um aumento de 40.4%, e com 45% do número total de desempregados. Em 2010, constatou-se um aumento de 13.9% da população desempregada e o setor onde se verificou um maior

aumento de desempregados foi o da agricultura, com um aumento de cerca de 33%. Contudo, este setor representava apenas 3% da população desempregada. Foi no setor dos serviços onde se continuou a verificar mais desempregados, com 54.3% da população desempregada. No ano seguinte, em 2011, o número de desempregados cresceu a uma taxa mais baixa, na casa dos 12%, registando-se uma quebra de 14% nos desempregados oriundos da agricultura. Verificou-se também uma descida de apenas 0.7% no setor da indústria. No entanto, este setor representava 37.8% dos desempregados. O setor mais atingido pelo desemprego foi sem dúvida o dos serviços, com um crescimento da população desempregada de cerca de 24% comparativamente a 2010, e com 59.9% do número total de desempregados. O ano 2012 foi onde se apurou maior número de desempregados, com 737300 pessoas à procura de novo emprego. Nesse mesmo ano, o setor que registou um maior crescimento do número de desempregados foi o da agricultura, com um aumento de 27.1%, apesar de representar apenas 2.4% dos desempregados. Por seu turno, foi o setor dos serviços que concentrou o maior número de desempregados, com 60% da população desempregada, e uma taxa de crescimento de 2011 para 2012 de 22.1%. O desemprego também se agravou no setor da indústria, tendo registado um aumento de 21.4% da população desempregada face a 2011, o que fez com que este setor representasse, em 2012, aproximadamente 38% do número total de desempregados.

3. Causas e Consequências do Desemprego em Portugal

Esta secção tem por objetivo analisar as principais causas que levam ao desemprego de modo a melhor justificar a sua trajetória crescente. É igualmente nosso propósito examinar as consequências que os elevados números da taxa de desemprego acarretam na economia portuguesa.

3.1. Causas do Desemprego em Portugal

Nos últimos anos, a economia portuguesa tem estado bastante condicionada a diversos níveis, que em última análise têm contribuído para um aumento do desemprego. Um dos fatores responsáveis por este fenómeno é a concorrência de países produtores de bens a baixo custo, ou seja, o aparecimento de mão-de-obra concorrente barata, nomeadamente da China e da Índia que, desta forma, tem conduzido à deslocalização de algumas unidades industriais para esses mercados, considerados mais

atrativos. Não é assim de estranhar que frequentemente se aponte a globalização como uma das principais causas para o aumento do desemprego. Segundo Mateus (2010), a economia portuguesa encontra-se inserida num mercado cada vez mais competitivo e sujeito a pressões concorrenciais. Quando comparado com as novas economias emergentes, Portugal ainda é considerado pouco produtivo e competitivo, o que leva muitas empresas a fechar, daqui decorrendo um aumento do desemprego.

A introdução de novas tecnologias, por meio da globalização, é também apontada como uma das principais causas do aumento do desemprego. De acordo com St. Aubyn (1997), a utilização de máquinas e procedimentos mais rápidos veio substituir a força humana, retirando vários postos de trabalho. Porém, a difusão do progresso técnico ocorre de forma heterogénea nos setores de atividade económica. Assim, ainda existem muitos setores que carecem de uma maior modernização, o que se traduz numa menor competitividade para a economia portuguesa.

Com a entrada na União Europeia, Portugal pôde beneficiar da vinda de avultados fundos estruturais. Contudo, tudo parece indicar para que estes não tenham sido utilizados da melhor forma, podendo mesmo afirmar-se que houve uma má gestão dos fundos comunitários no que respeita à modernização e reestruturação de setores de atividade¹⁰. Já Amaral (2006), considera que o impacto dos fundos estruturais na economia portuguesa foi positivo na medida em que permitia a Portugal a obtenção de dinheiro para a realização de importantes investimentos em várias áreas. Relativamente ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), relacionado com infraestruturas, o autor considera que houve uma boa aplicação deste fundo, dado que estimulou a construção civil através de obras públicas. Porém, no que respeita ao Fundo Social Europeu (FSE), ligado à formação profissional, o mesmo autor é já da opinião que houve um fraco investimento nesta área. No que se refere ao Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP), não obstante o autor salientar o efeito positivo na modernização da indústria portuguesa, o esforço realizado foi muito escasso, uma vez que “não chegou para alterar, na amplitude necessária, a especialização da nossa indústria em sectores de mão-de-obra barata e pouco qualificada.” (Amaral, 2006:120).

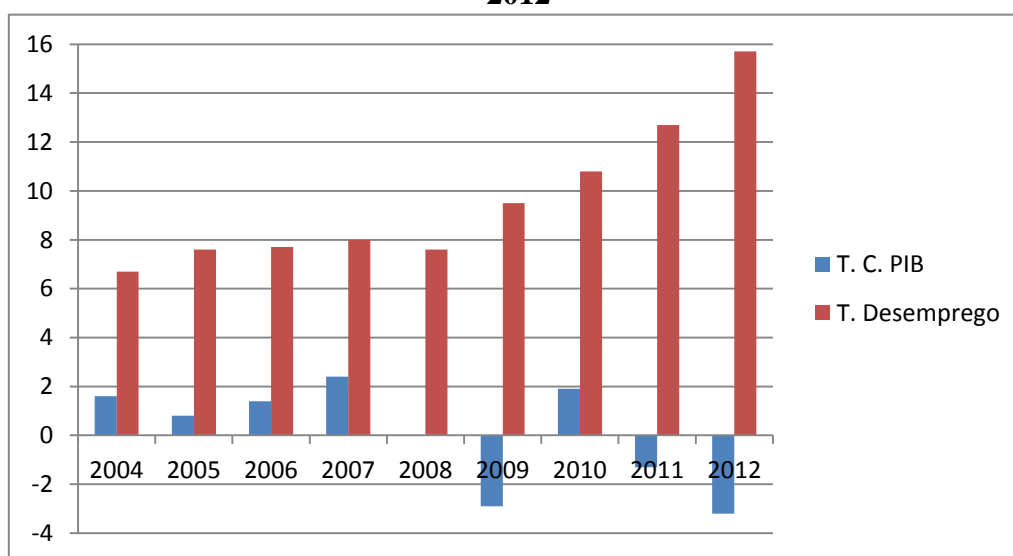
¹⁰ Podendo mesmo, segundo alguns autores, falar-se na existência de um fenómeno de *Dutch Disease* na aplicação dos fundos estruturais na economia portuguesa. Veja-se, por exemplo, Andrade e Duarte (2013).

Tal como foi referido anteriormente, a adesão de Portugal à moeda única europeia teve algumas consequências negativas, nomeadamente a perda de autonomia na condução da política cambial e monetária. Este fator, combinado com o facto de Portugal ser uma pequena economia aberta, com relações comerciais pouco diversificadas, fez com que Portugal sofresse de forma mais intensa os efeitos do surgimento de choques assimétricos. Isto poderá ter levado a uma menor competitividade, com a consequente diminuição das suas produções e posterior aumento do desemprego.

A atual crise económica e financeira assume aqui um papel importante, podendo mesmo dizer-se que é uma das principais causas para o fenómeno do desemprego. Neste contexto, é importante fazer referência à Lei de Okun, que estabelece uma relação negativa entre a taxa de crescimento do produto e a variação absoluta da taxa de desemprego¹¹. Por outras palavras, a taxa de desemprego aumenta (diminui) à medida que o PIB diminui (aumenta).

Na Figura 1 pode verificar-se o comportamento contra-cíclico da taxa de desemprego relativamente à taxa de crescimento do PIB nos anos 2004 a 2012.

Figura 1 – Taxa de Crescimento Real do PIB e Taxa de Desemprego de 2004 a 2012



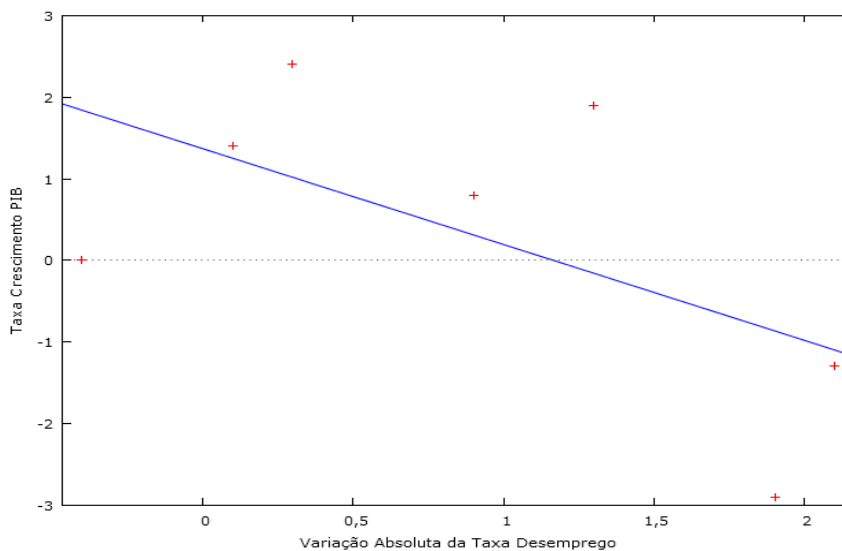
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Eurostat e INE.

Através da sua análise, é possível verificar que o período de maior quebra do PIB coincide com o período de maior taxa de desemprego. Concretamente, em 2012, o PIB apresentou uma descida de 3,2% e o desemprego obteve o seu valor mais alto de 15,9%.

¹¹ Veja-se, por exemplo, Sorensen, e Whitta-Jacobsen (2010).

Na Figura 2, apresentada de seguida, encontra-se uma análise mais específica, relativa à Lei de Okun, entre os anos de 2005 e 2011.

Figura 2 – Taxa de Crescimento do PIB e Variação Absoluta da Taxa de Desemprego nos anos de 2005 a 2011



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Eurostat e INE utilizando o programa GRETL.

Conforme se pode observar, as variáveis relacionam-se negativamente, apresentando um coeficiente de correlação de -0,59.

Desta forma, uma estagnação económica reflete-se a todos os níveis, sobretudo no decréscimo do consumo de bens e serviços. As empresas são desde logo as mais afetadas com esta situação, pois com a sua produção a diminuir, vêm-se obrigadas a tomar outros rumos que as façam continuar a ter meios financeiros para sobreviver perante esta crise. Um dos meios a que as empresas podem recorrer para fazer face às suas despesas e à sua fraca capacidade financeira, são os empréstimos bancários. Contudo, o aumento das taxas de juro e as limitações ao crédito bancário verificadas nos últimos anos são vistas como um entrave para as empresas, fazendo com que estas se vejam limitadas nas suas escolhas. Assim, o caminho seguido por estas é o do despedimento dos seus trabalhadores, por forma a cortar nos custos ou, num cenário mais pessimista, abrir falência, uma vez que se sentem incapazes de superar a situação, aumentando assim ainda mais o desemprego.

As baixas qualificações são também muitas vezes descritas como uma causa do desemprego. Contudo, já se verificou que nos últimos anos o desemprego jovem tem afetado sobretudo, jovens com qualificações superiores, pelo que se pode afirmar que a causa do desemprego não é necessariamente as baixas qualificações, mas sim a

inadequação entre as necessidades das empresas (mercado de trabalho) e o nível de habilitações dos trabalhadores. Desta forma, como é salientado por José Caetano *et al.* (2005), verifica-se que os jovens não possuem formação adequada para fazer face às exigências do mercado de trabalho que se encontra em constante evolução e transformação. Na mesma linha de pensamento, Lourenço (2012) vai um pouco mais longe afirmando que esta inadequação reside na imensidão de cursos existentes, sendo que a sua maioria não tem grande funcionalidade e não é procurada pela economia. Perante este problema, o mesmo autor levanta a questão se “não valeria a pena fazer um estudo que analisasse a relação entre a percentagem de jovens desempregados e os cursos que frequentaram?” (Lourenço, 2012:121), de modo a perceber quais os cursos que não levam à criação de emprego e, conseqüentemente, proceder à sua extinção.

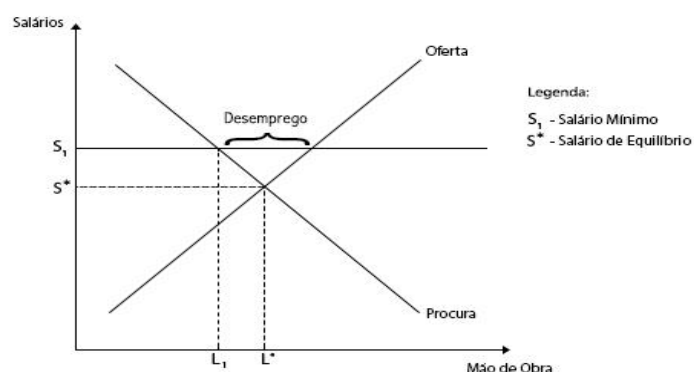
O desemprego não depende apenas das qualificações dos jovens, sobretudo da ligação entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho, mas também das instituições do mercado de trabalho. É nesta questão que a segmentação do mercado de trabalho assume um papel importante na contribuição para o desemprego e, em particular, para o desemprego jovem. Conforme é destacado por Centeno e Novo (2012), os contratos a prazo representam mais de um quinto dos trabalhadores assalariados, afetando sobretudo os jovens. O grande problema da segmentação do mercado de trabalho encontra-se nas diferenças entre os custos e a proteção de cada tipo de contrato. O contrato sem termo permite que o indivíduo se mantenha empregado, uma vez que está protegido pelos critérios de despedimento. Nos contratos temporários isso não acontece, dado que são mais flexíveis em relação aos despedimentos¹². O facto de existirem grandes diferenças de proteção entre estes dois tipos de contratos faz com que haja uma maior incidência sobre os contratos temporários. Este tipo de contrato caracteriza-se assim por uma maior rotatividade dos trabalhadores, passando estes muitas vezes pelo desemprego. Nas contratações, as empresas dão enorme importância à experiência. Contudo, os jovens que entram no mercado de trabalho possuem pouca ou nenhuma experiência, o que faz com que as empresas desconheçam o nível de produtividade destes.

¹² A expressão “contrato sem termo” designa contrato com tempo indeterminado e a expressão “contrato temporário” designa contrato a prazo ou contrato com termo definido.

Um outro possível fator que pode ampliar fortemente o desemprego, sobretudo o desemprego de longa duração¹³, é o subsídio de desemprego. De acordo com St. Aubyn (1997) os desempregados que auferem subsídios de desemprego tendem a permanecer no desemprego por mais tempo, demorando mais a transitar para o emprego do que aqueles que não têm acesso ao subsídio. Desta forma, podemos afirmar que o subsídio de desemprego acarreta dois efeitos, como se pode ler no Boletim Económico do Banco de Portugal (2012): i) por um lado, existe um efeito rendimento, em que os trabalhadores vêem o subsídio de desemprego como um rendimento seguro e assim permite-lhes demorar mais tempo na procura do emprego certo; ii) por outro lado, há o efeito de substituição, em que os trabalhadores substituem o trabalho por lazer.

Uma outra questão relevante que deve ser também abordada prende-se com o valor monetário do salário, ou seja, o preço pago pela mão-de-obra. A fixação de um salário mínimo pode ser visto como uma barreira à contratação, uma vez que sem esse mínimo estabelecido, as empresas estariam dispostas a contratar mais trabalhadores a uma remuneração mais baixa. Segundo St. Aubyn (1997), se for estabelecido um salário mínimo muito superior relativamente à produtividade do trabalho, esta situação pode levar a um aumento do desemprego. Tal pode ser analisado sob o ponto de vista teórico a partir da Figura 3. Conforme se pode observar, um aumento do salário mínimo acima do equilíbrio, por exemplo, de S^* para S_1 , faz com que, por um lado, a oferta de mão-de-obra aumente e, por outro, a procura diminua de L^* para L_1 , gerando-se assim desemprego.

Figura 3 – Desemprego Causado por um Salário Acima do Equilíbrio



Fonte: Mankiw (2009).

¹³ O desemprego de longa duração considera os indivíduos que estão no desemprego há mais de 12 meses.

No entanto, analisando esta questão por outro prisma, é necessário ter em conta que os trabalhadores qualificados devem ser compensados pelo investimento que realizaram em educação. Se os salários estiverem indexados ao salário mínimo, então este último deve aumentar por forma a valorizar a mão-de-obra, sobretudo, a que possui formação. No entanto, com este aumento de salário mínimo estão também a ser beneficiados os trabalhadores mais desfavorecidos e com baixas qualificações. Sendo assim, os sindicatos assumem um papel importante na defesa dos direitos dos trabalhadores, com o objetivo de atingir melhores rendimentos e melhores condições de trabalho, contribuindo desta forma para o aumento do bem-estar social.

A rigidez salarial nominal de curto-prazo e real de longo-prazo pode ser igualmente apontada como um fator explicativo do desemprego, em particular, o cíclico e o estrutural, respetivamente. De facto, de acordo com Sorensen e Whitta-Jacobsen (2010), a rigidez salarial pode impedir o ajustamento do salário a um nível capaz de igualar a oferta e a procura de trabalho. Neste contexto, existe rigidez salarial nominal de curto-prazo quando há um excesso de oferta de mão-de-obra que é provocada pelo tempo que a taxa salarial nominal demora a ajustar-se às circunstâncias de funcionamento do mercado de trabalho, gerando assim desemprego cíclico. Por outro lado, quando não existe pressão à descida da taxa de salário real, estamos perante rigidez salarial real de longo-prazo, situação que provoca desemprego estrutural.

3.2. Consequências do Desemprego em Portugal

O desemprego acarreta inúmeras consequências, não apenas para o indivíduo, mas também para a sociedade. A nível agregado, existe uma perda de impostos que os desempregados pagariam, e que poderia assim ser utilizada em benefício de toda a sociedade, bem como um aumento da despesa pública decorrente do pagamento do subsídio de desemprego. Desta forma, a sociedade não está a otimizar os seus recursos, pelo que não gera a riqueza que seria capaz de gerar se todos os seus recursos estivessem a ser aproveitados da melhor forma.

Uma questão mencionada como causa do desemprego, que também pode ser vista como consequência, é o fator salário. Como referido anteriormente, na revisão de literatura, verifica-se um *trade-off* entre a variação dos salários e a variação do desemprego. Assim, a consequência de elevado (baixo) desemprego prende-se com a diminuição (aumento) do salário. Neste contexto, torna-se importante introduzir um conceito desenvolvido por Karl Marx (1867) na sua crítica da economia política, o

designado “exército industrial de reserva”. Este conceito refere-se ao excesso de força de trabalho face às necessidades da produção, ou seja, os desempregados. Desta forma, um elevado desemprego faz com que as empresas adotem salários mais baixos, uma vez que vão ter sempre alguém que está disposto a trabalhar para esse nível salarial.

A nível individual, pode identificar-se de imediato a consequência de âmbito económico, ou seja, a perda de rendimento para o indivíduo. Outro efeito é a depreciação do capital humano do indivíduo desempregado, uma vez que em situação de desemprego o trabalhador não está a pôr em prática os seus conhecimentos, o que se traduz numa perda de qualidades e hábitos de trabalho.

Segundo o Relatório da Conferência Internacional do Trabalho (2012), o desemprego jovem é entendido como um desaproveitamento de potenciais talentos considerados vitais para a economia e para o rejuvenescimento da mão-de-obra. As consequências do desemprego são ainda mais nefastas quando ocorrem no período inicial da entrada no mercado de trabalho, pois é visto como uma negação do mercado de trabalho.

Como é salientado, por exemplo, por Eichhorst (2013), as consequências deste fenómeno são a potencial “fuga de cérebros”, impulsionando assim a emigração e a consequente perda de capital humano¹⁴. Isto revela uma perda de investimento na educação, não apenas por parte do Estado, mas também a nível do próprio indivíduo. É possível afirmar que os indivíduos emigram, não por opção própria, mas sim porque o mercado de trabalho não os consegue absorver ou ainda porque este não os remunera de forma adequada, o que os leva a procurar emprego noutro país, com ofertas mais atrativas.

Assim, a emigração é necessariamente uma das consequências do desemprego, na medida em que muitas vezes se apresenta como a única forma que os indivíduos encontram para contornar a situação. Recentemente, este fenómeno tem despertado alguma discussão entre os partidos políticos, não apenas pelos elevados valores registados, mas também pelo facto de particularmente no último ano (2012) se ter registado uma ligeira descida, argumento utilizado por alguns partidos da oposição para dizer que a quebra observada pode explicar-se unicamente, ou em grande parte, pelo

¹⁴ Portugal é um bom exemplo desta realidade, especialmente nos últimos anos em que viu partir para outros países da europa comunitária, mas também de outros continentes um conjunto de jovens altamente qualificados na procura de novas oportunidades que o seu país de origem não foi capaz de lhes proporcionar. Para mais detalhes sobre este tema veja-se, por exemplo, Malheiros (2011).

aumento da emigração e não necessariamente pelo facto de terem sido implementadas políticas ativas de emprego ou estas terem começado a produzir resultados positivos. Esta relação e evolução comparativa entre as duas variáveis em causa podem ser observadas no Quadro 7 para o período de 1993 a 2012.

Quadro 7 – Número de Emigrantes Permanentes e seu peso (%) na População Ativa em Portugal de 1993 a 2012

Anos ^{a)}	Emigrantes Permanentes ^{b)}	População Ativa	% Emigrantes face à Pop. Ativa
1993	15562	4715100	0.33
1994	7845	4773000	0.16
1995	8109	4754300	0.17
1996	9598	4788800	0.20
1997	7254	4854500	0.15
1998	7935	5095700	0.16
1999	4077	5136100	0.08
2000	4692	5226400	0.09
2001	5762	5325200	0.11
2002	8813	5407800	0.16
2003	6687	5460300	0.12
2004	10680	5487800	0.19
2005	10800	5544900	0.19
2006	12700	5587300	0.23
2007	26800	5618300	0.48
2008	20357	5624900	0.36
2009	16899	5582700	0.30
2010	23760	5580700	0.43
2011	43998	5543200	0.79
2012	51958	5494800	0.95

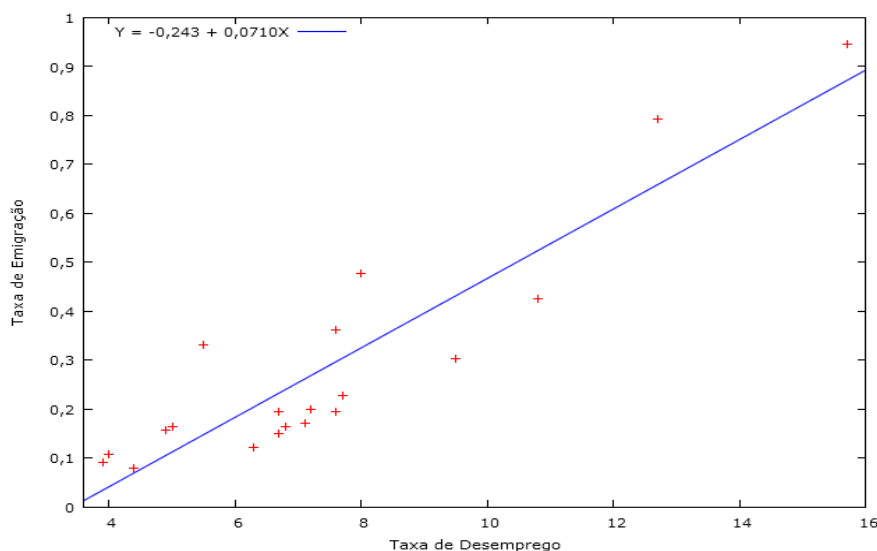
Nota: (a) A série relativa aos emigrantes foi obtida a partir da conciliação de séries de bases de dados do PORDATA (1993 a 2003 e 2008 a 2012) e do Eurostat (2004 a 2007), por forma a obter séries temporais com um maior número de observações. Relativamente à população ativa, os dados foram recolhidos a partir do PORDATA; (b) Emigrantes permanentes são aqueles que vão permanecer noutro país por um período superior a um ano.

Fonte: PORDATA e Eurostat.

Pelos dados apresentados no Quadro7, verifica-se que ao longo dos últimos anos o número de emigrantes tem aumentado substancialmente, sobretudo a partir de 2007. É em 2012 que se encontra o maior número de emigrantes, com cerca de 52000, o que representa apenas cerca de 1% na população ativa. De facto, a nível percentual, este número parece ser bastante reduzido. Contudo, é o bastante para fazer diminuir a taxa de desemprego.

Na Figura 4 ilustra-se a correlação entre estas duas variáveis – taxa de desemprego e taxa de emigração (considerando que é a rácio entre os emigrantes e a população ativa).

Figura 4 – Taxa de Desemprego e Taxa de Emigração de 1993 a 2012



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PORDATA, INE e Eurostat utilizando o programa GRETL.

O resultado desta análise de correlação é de 0,9095, o que significa que existe uma relação positiva e forte entre as duas variáveis em análise, ou seja, quando o desemprego aumenta, a emigração tende a acompanhar esse movimento de forma muito significativa.

4. Estudo Empírico

A presente secção tem dois objetivos. O primeiro é realizar uma previsão futura do comportamento da variável objeto de estudo, a taxa de desemprego jovem, dada a importância deste indicador para a adoção de políticas económicas. O segundo, prende-se com a realização de uma análise contrafactual, isto é, analisar se a crise económica e financeira pela qual estamos a passar não tivesse ocorrido, em que medida a trajetória da taxa de desemprego jovem seria diferente da que realmente se verificou.

Começamos o nosso estudo por uma breve descrição dos dados, bem como do modelo de previsão ARIMA¹⁵ a utilizar. De seguida, procedemos à previsão futura e, finalmente, efetuamos a análise contrafactual, bem como a análise dos resultados de ambas as previsões.

4.1. Dados

Os dados a utilizar nesta aplicação empírica são anuais, obtidos a partir da OIT (veja-se de novo o Quadro 2), e a variável analisada é a taxa de desemprego jovem para Portugal. De forma a determinar o comportamento futuro da variável, serão efetuadas previsões até 2015, utilizando para o efeito todo o período temporal (1980 a 2012). Relativamente à análise contrafactual, iremos realizar uma previsão para os anos de 2008 a 2010, com dados de 1980 a 2007, e uma previsão para os anos de 2010 a 2012, a partir de dados de 1980 a 2009.

4.2. O Modelo de Previsão ARIMA

O modelo ARMA é constituído por dois processos: o AR(p), que representa um processo auto-regressivo de ordem p , onde p é o número de termos auto-regressivos; e o MA(q), que produz um processo de média móvel de ordem q , sendo q o número de termos da média móvel. Porém, o modelo ARMA só pode ser utilizado em séries temporais que sejam estacionárias, ou seja, a esperança, a variância e as covariâncias das séries têm de ser constantes.

Assim sendo, para variáveis que possuem raiz unitária, é necessário aplicar o modelo ARIMA uma vez que este modelo pode ser aplicado a séries temporais não estacionárias, através da realização de diferenças, que tornem as séries estacionárias. O número de diferenças necessário para tal, designa-se de ordem de integração ($I(d)$). Desta forma, o modelo ARIMA (p,d,q) é um modelo auto-regressivo integrado de média móvel onde apresenta p termos auto-regressivos, integrado de ordem d , com q termos de média-móvel. Este é bastante utilizado para realizar previsões sobre o comportamento futuro de séries temporais, com base nos valores passados das próprias variáveis.

¹⁵ Veja-se Greene (2012).

4.2.1. Previsão Futura do Comportamento da Variável

Como dissemos anteriormente, vamos fazer uso do modelo ARIMA com o intuito de obter os valores futuros da taxa de desemprego jovem (TDJ) para os anos de 2013 a 2015. O primeiro passo consiste em analisar a estacionaridade da variável¹⁶ recorrendo para o efeito ao teste de raiz unitária de Dickey-Fuller Aumentado (ADF)¹⁷. Este teste assume como hipótese nula (H_0) a presença de raiz unitária. Sendo assim, quando aceite a H_0 devemos concluir pela não existência de estacionaridade no comportamento da série, ou seja, a série é $I(d)$. Por seu turno, se a H_0 for rejeitada, então neste caso podemos concluir que a série é estacionária, ou seja, $I(0)$.

Na realização do teste, verificou-se a presença de raiz unitária na variável em nível, de modo que não foi possível rejeitar a hipótese nula, sendo necessário proceder à análise da característica de estacionaridade da série em primeiras diferenças. Porém, a conclusão foi em tudo idêntica, pelo que passámos à aplicação das segundas diferenças, onde então já foi possível concluir que a variável é integrada de segunda ordem – $I(2)$, pelo que estamos necessariamente no contexto de um modelo ARIMA $(p, 2, q)$. O segundo passo consiste na seleção do modelo ARIMA, através da minimização do critério de informação de Schwarz (BIC).

Nos Quadros 8 e 9 apresentam-se os resultados finais da aplicação do teste de raiz unitária ADF, assim como o tipo de modelo ARIMA selecionado¹⁸, sendo que os valores previstos para a evolução futura desta variável se encontram no Quadro 10 e na Figura 5.

¹⁶ No estudo das características de estacionaridade da série da taxa de desemprego jovem optámos por escolher um número máximo de 4 desfasamentos, segundo o critério de informação de Akaike (AIC), uma vez que os dados são anuais. De facto, não é aconselhável a utilização de um elevado número de desfasamentos perante séries temporais de baixa frequência ou com um número reduzido de observações, uma vez que tal pode conduzir a um enviesamento dos resultados.

¹⁷ Veja-se Dickey e Fuller (1979).

¹⁸ Uma análise detalhada dos resultados obtidos na sequência da aplicação do teste de raiz unitária de Dickey-Fuller Aumentado pode ser encontrada no Anexo 3A. No mesmo Anexo, Quadros A.1 e A.2, são documentados todos os resultados associados à escolha do modelo ARIMA e dos valores previstos futuros para o comportamento da taxa de desemprego jovem, respetivamente.

Quadro 8 – Teste de Raiz Unitária de Dickey-Fuller Aumentado (1980 – 2012)

Variável	Testes			Número de Desfasamentos	Variável Determinística	Valor p	Conclusão do Teste
	S	C	T				
TDJ	Sim	Sim	Sim	1	Com Constante	0,9483	NE
d_TDJ	Sim	Sim	Não	1	Com Constante	0,6682	NE
d_d_TDJ	Sim	Sim	Não	1	Com Constante	0,03613**	E; I(2)

Nota: As notações (*), (**) e (***) correspondem ao nível de significância considerado na rejeição da hipótese nula, 10%, 5% e 1%, respetivamente; H_0 : Presença de Raiz Unitária; as siglas d_ e d_d_ referem-se, respetivamente, à primeira e segunda diferença da variável; relativamente aos testes, S: teste sem constante, C: com constante, e T: com constante e tendência; na primeira e segunda diferença da variável, não incluímos tendência dado que ela desaparece ao efetuarmos a diferenciação; TDJ: taxa de desemprego jovem; NE: não estacionária e E: estacionária.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OIT utilizando o programa GRETL.

Quadro 9 – Tipo de Modelo ARIMA (1980 – 2012)

Variável	Tipo de Modelo ARIMA	Crítério de Schwarz
Taxa de Desemprego Jovem	(0,2,0)	131,7543

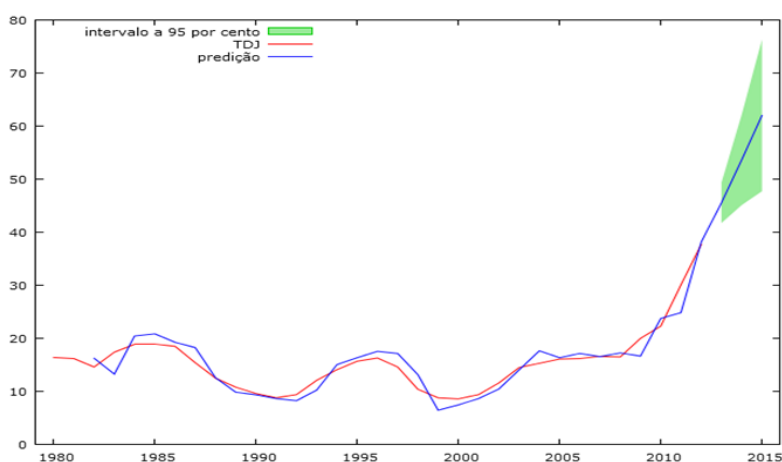
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OIT utilizando o programa GRETL.

Quadro 10 – Previsão Futura da Taxa de Desemprego Jovem até 2015

Anos	Previsão
2013	45,6
2014	53,7
2015	62,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OIT utilizando o programa GRETL.

Figura 5 – Previsão Futura da Taxa de Desemprego Jovem até 2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OIT utilizando o programa GRETL.

Conforme se pode observar através da análise da Figura 5, a previsão futura para os próximos três anos – 2013 a 2015, da taxa de desemprego jovem, com um intervalo

de confiança de 95% é uma boa previsão, uma vez que a série dos valores previstos (série a azul) tende a acompanhar de perto o comportamento da série de valores efetivos (série a vermelho). Consta-se assim que os valores previstos para a evolução futura da taxa de desemprego jovem tendem a aumentar, chegando a ultrapassar os 60% em 2015.

4.2.2. Análise de Previsão Contrafactual do Comportamento da Variável

Nesta análise vamos levar a cabo duas previsões¹⁹. A primeira, consiste na realização de uma previsão para os anos de 2008, 2009 e 2010, utilizando para o efeito os valores da série do desemprego jovem de 1980 a 2007. O objetivo desta previsão consiste em saber em que medida se a crise económica e financeira não tivesse ocorrido, tal teria afetado os valores da variável, ou seja, verificar qual teria sido o comportamento da taxa de desemprego jovem caso a crise económica e financeira não se tivesse manifestado.

Para tal, estudámos novamente a característica de estacionaridade da série do desemprego jovem, sendo o processo idêntico ao já mencionado na previsão futura, tendo desta vez concluído que a variável é estacionária em primeiras diferenças, ou seja, I(1), como se pode observar no Quadro 11. Posteriormente, procedemos à escolha do tipo de modelo ARIMA a utilizar, recorrendo para o efeito à minimização do critério de Schwarz (veja-se Quadro 12). Finalmente, foi efetuada a respetiva previsão de valores para o comportamento da taxa de desemprego jovem (veja-se Quadro 13 e Figura 6)²⁰.

Quadro 11 – Teste de Raiz Unitária de Dickey-Fuller Aumentado (1980 – 2007)

Variável	Testes			Número de Desfasamentos	Variável Determinística	Valor p	Conclusão do Teste
	S	C	T				
TDJ	Sim	Sim	Não	4	Com Constante	0,1535	NE
d_TDJ	Sim	Sim	Não	1	Com Constante	0,04043**	E; I(1)

Nota: As notações (*), (**) e (***) correspondem ao nível de significância considerado na rejeição da hipótese nula, 10%, 5% e 1%, respetivamente; H_0 : Presença de Raiz Unitária; a sigla d_ refere-se à primeira diferença da variável; relativamente aos testes, S: teste sem constante, C: com constante, e T: com constante e tendência. Neste caso não incluímos tendência dado que ao encurtarmos o número de observações, a série não apresenta tendência; TDJ: taxa de desemprego jovem; NE: não estacionária e E: estacionária.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OIT utilizando o programa GRETLL.

¹⁹ Optámos por não apresentar esta análise contrafactual utilizando os valores da série de 1980 a 2012, uma vez que entre 2008 e 2012 os valores do desemprego jovem podem, em nosso entender, e sob o ponto de vista empírico, ser entendidos como *outliers*, impedindo-nos assim de retirar conclusões satisfatórias. Contudo, se o leitor estiver interessado em analisar os resultados, os mesmos poderão ser disponibilizados devendo no entanto ser considerados no âmbito de uma análise meramente exploratória e, portanto, com algum cuidado.

²⁰ O conjunto de resultados desta análise pode ser encontrado no Anexo 3B e Quadros A.3 e A.4.

Quadro 12 – Tipo de Modelo ARIMA (1980 – 2007)

Variável	Tipo de Modelo ARIMA	Critério de Schwarz
Taxa de Desemprego Jovem	(2,1,1)	105,6034

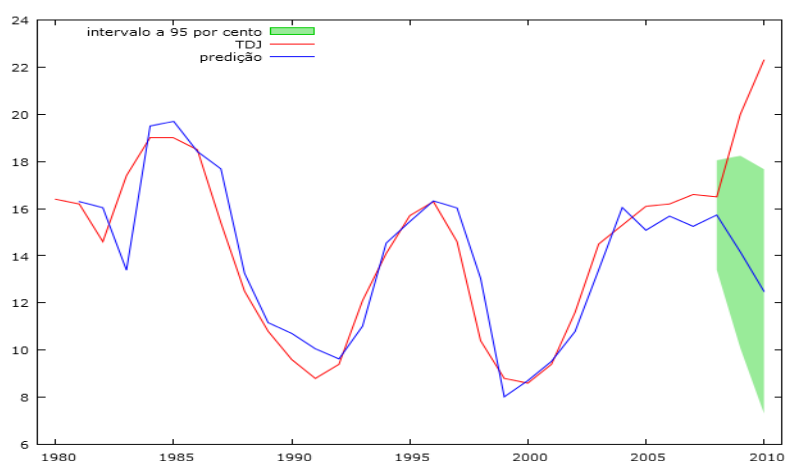
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OIT utilizando o programa GRETL.

Quadro 13 – Valores Previstos para os anos 2008 a 2010

Anos	Valores Efetivos	Valores Previstos
2008	16,5	15,7
2009	20,0	14,2
2010	22,3	12,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OIT utilizando o programa GRETL.

Figura 6 – Valores Previstos para os anos 2008 a 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OIT utilizando o programa GRETL.

Conforme se pode observar pela análise dos resultados deste primeiro ensaio de previsão contrafactual, para um intervalo de confiança de 95%, caso o acontecimento da crise económica e financeira de 2007/2008 não tivesse ocorrido, a taxa de desemprego jovem apresentaria uma tendência decrescente, reduzindo-se para os 12,5% em 2010, sendo que o seu valor efetivo, para o mesmo ano, foi de 22,3%. Assim sendo, tomando por base estes resultados, confirma-se que a atual crise económica e financeira terá sido uma das principais causas responsáveis pelo aumento do desemprego jovem em Portugal, tal como inicialmente avançado na secção 3.

Relativamente à segunda previsão, esta pretende prever os valores da taxa de desemprego jovem para os anos de 2010 a 2012 utilizando para o efeito dados do desemprego para o período de 1980 a 2009. Neste caso, o objetivo é principalmente o de procurar saber qual o impacto dos dois primeiros anos de crise (2008 e 2009) no

comportamento do desemprego jovem em Portugal uma vez que nesta altura já se faziam sentir os primeiros sinais de estagnação na economia portuguesa.

Para o efeito, realizamos novamente os passos anteriormente referidos, ou seja, i) começamos por analisar a característica de estacionaridade da série, tendo concluído que a mesma era integrada de primeira ordem; ii) de seguida, escolhemos o tipo de modelo ARIMA tendo em conta a minimização do critério de informação de Schwarz e, finalmente, iii) realizámos a previsão no quadro do modelo ARIMA. Os resultados do teste ADF, bem como do processo de seleção do modelo ARIMA, encontram-se nos Quadros 14 e 15, sendo os valores previstos e a respetiva representação gráfica apresentados no Quadro 16 e na Figura 7, respetivamente²¹.

Quadro 14 – Teste de Raiz Unitária de Dickey-Fuller Aumentado (1980 – 2009)

Variável	Testes			Número de Desfasamentos	Variável Determinística	Valor p	Conclusão do Teste
	S	C	T				
TDJ	Sim	Sim	Não	2	Com Constante	0,7698	NE
d_TDJ	Sim	Sim	Não	1	Com Constante	0,07231*	E; I(1)

Nota: As notações (*), (**) e (***) correspondem ao nível de significância considerado na rejeição da hipótese nula, 10%, 5% e 1%, respetivamente; H_0 : Presença de Raiz Unitária; a sigla d_ refere-se à primeira diferença da variável; relativamente aos testes, S: teste sem constante, C: com constante, e T: com constante e tendência. Neste caso não incluímos tendência dado que ao encurtarmos o número de observações, a série não apresenta tendência; TDJ: taxa de desemprego jovem; NE: não estacionária e E: estacionária.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OIT utilizando o programa GRETL.

Quadro 15 – Tipo de Modelo ARIMA (1980 – 2009)

Variável	Tipo de Modelo ARIMA	Critério de Schwarz
Taxa de Desemprego Jovem	(1,1,0)	118,0900

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OIT utilizando o programa GRETL.

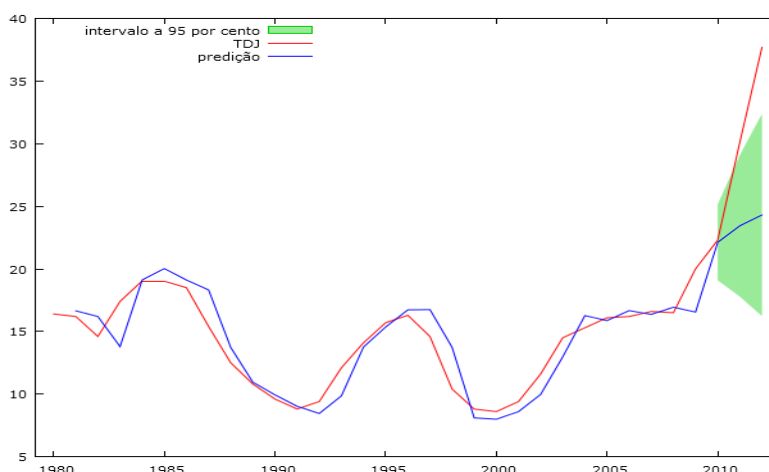
Quadro 16 – Valores Previstos para os anos 2010 a 2012

Anos	Valores Efetivos	Valores Previstos
2010	22,3	22,1
2011	30,1	23,4
2012	37,7	24,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OIT utilizando o programa GRETL.

²¹ O conjunto de resultados desta segunda análise de previsão contrafactual pode ser encontrado no Anexo 3C e Quadros A.5 e A.6.

Figura 7 – Valores Previstos para os anos 2010 a 2012



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OIT utilizando o programa GRETL.

Com base nos resultados apresentados, constata-se, sem dúvida, que é a partir de 2009 que o desemprego jovem em Portugal inicia o seu percurso ascendente de forma mais acentuada, atingindo valores próximos dos 25% em 2012. Contudo, os valores previstos são ainda muito distantes face aos valores efetivos, o que significa que se a crise económica e financeira não tivesse ocorrido, o desemprego jovem, embora continuasse a aumentar, tal teria acontecido a um ritmo bastante menos significativo.

5. Medidas de Política Económica de Combate ao Desemprego

Esta secção tem como objetivo analisar algumas das principais medidas já adotadas na tentativa de diminuir o desemprego. Tendo em conta a previsão futura da taxa de desemprego jovem realizada na secção anterior, é também nosso propósito apresentar novas propostas para contrariar a tendência crescente deste fenómeno.

5.1. Medidas Adotadas

Apesar da problemática do desemprego jovem estar no centro das atenções por parte dos governantes, as medidas tomadas para o seu combate não têm sido muitas, e quando existiram foram pouco eficazes.

Porém, com vista a fazer frente à mais recente e grave situação de desemprego jovem verificada em Portugal, foram nos últimos anos tomadas algumas medidas pelo Governo Português, nomeadamente a realização do programa “Impulso Jovem”, que

segundo informações disponíveis no respetivo portal online²², entrou em vigor em Junho de 2012.

Este programa assenta em quatro pilares de incentivo à criação de emprego jovem – entre os 18 e os 30 anos –, designadamente: i) Estágios Profissionais: estes têm como objetivo inserir os jovens no mercado de trabalho, com incentivos tanto para os jovens como para as entidades empregadoras; ii) Apoios à Contratação: através do reembolso da Taxa Social Única (TSU), permitindo assim diminuir os encargos financeiros relativos à contratação dos jovens, e através do “Estímulo 2012”²³ que disponibiliza apoios financeiros às entidades empregadoras que proporcionem contratos de trabalho a tempo completo ou parcial por um período igual ou superior a 6 meses; iii) Apoios ao Empreendedorismo: estes ajudam na criação e desenvolvimento de um negócio por parte dos jovens, contando ainda com a ajuda do Programa Nacional de Microcrédito que facilita o acesso ao crédito a quem possui maiores dificuldades e, por último, iv) Formação Profissional: que pretende aumentar a qualificação profissional dos jovens de modo a facilitar o seu ingresso no mercado de trabalho.

De acordo com o Relatório do Governo de Portugal (2012) sobre o Impulso Jovem, este Plano Estratégico de apoio à Empregabilidade Jovem conta com o apoio financeiro dos fundos comunitários, designadamente o FSE e o FEDER provenientes da reprogramação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), e visa facilitar a integração dos jovens no mercado de trabalho, de modo a inverter a tendência crescente que se tem verificado na taxa de desemprego jovem em Portugal.

A nível europeu, esta problemática tem vindo também a assumir uma importância crescente. No portal online do Conselho Europeu²⁴, ou ainda no Relatório da Comissão Europeia (2013), podemos verificar o pacote de medidas de combate ao desemprego jovem, nomeadamente: i) Instrumentos de Garantia para a Juventude: que garante que todos os jovens com menos de 25 anos recebam uma oferta de emprego, aprendizagem ou estágio, no prazo máximo de quatro meses após terem concluído os estudos ou terem ficado desempregados; ii) Iniciativa para o Emprego dos Jovens: esta medida conta com o financiamento da União Europeia de 6 mil milhões de euros com vista a ajudar essencialmente as regiões onde a taxa de desemprego jovem ultrapassa os 25%; iii) Estágios e aprendizagens de qualidade: em que se pretende facilitar a transição da vida

²² Para mais informações veja-se <http://www.impulsojovempportugal.pt/>.

²³ A medida “Estímulo 2012” foi revogada pela medida “Estímulo 2013”.

²⁴ Para mais informações veja-se <http://ue.eu.int/policies/epsco/youth-employment?lang=pt>.

estudantil para o mercado de trabalho e, por último, iv) Mobilidade dos trabalhadores: cujo objetivo é fomentar a formação profissional, bem como conseguir estágios ou ofertas de emprego noutra país da União Europeia.

Estas medidas foram propostas pela Comissão Europeia em dezembro de 2012, e posteriormente adotadas pelo Conselho Europeu. Devido à gravidade do problema, em Junho de 2013 anunciou-se a aceleração da implementação destas medidas nos Estados-membros, prevendo-se assim que estas estejam operacionais a partir de Janeiro de 2014. Assim, de acordo com o Relatório da Comissão Europeia (2013), o objetivo de tais medidas é proporcionar um crescimento económico, acompanhado pela criação de emprego, e maior ajuda aos jovens na entrada e permanência no mercado de trabalho.

5.2. Avaliação das Medidas e Apresentação de Soluções

Tendo por base os resultados obtidos relativamente à previsão futura da taxa de desemprego jovem, é possível concluir que esta vai continuar a sua trajetória crescente, o que significa que estas medidas aparentemente têm sido ineficazes, não produzindo assim o efeito desejado no combate ao desemprego jovem.

Hoje em dia, a obtenção de um emprego depende do nível de educação, mas também de qualidades como a capacidade de adaptação a novas situações, o espírito de trabalho e a aprendizagem ao longo da vida. Estes são fatores cada vez mais valorizados e importantes para o sucesso no mercado de trabalho.

Como vimos na secção 2, o sistema de *ensino dual*, com vertente teórica e prática, em vigor em países como a Alemanha, Áustria e Holanda, explica em grande parte as baixas taxas de desemprego jovem nesses países. De acordo com Lourenço (2012), Portugal deve seguir as pegadas da Alemanha no que respeita à educação. É essencial conjugar o ensino técnico com a formação profissional, através da permanência dos alunos nas empresas, de modo a facilitar a transição para o mercado de trabalho e a proporcionar a integração dos jovens neste. A adoção deste programa é muito importante para países com elevadas taxas de desemprego jovem, como Portugal. É também fundamental continuar a apostar nos jovens, no seu ingresso no mercado de trabalho, com o intuito de aproveitar as suas competências e aumentar a competitividade da economia.

Assim, deve ser dada prioridade a políticas ativas de emprego, nomeadamente as que visam melhorar a capacidade e aptidão dos trabalhadores para encontrarem

emprego, ao invés de políticas passivas, como, por exemplo, os subsídios de desemprego.

Porém, a questão do ensino não é o único obstáculo à criação de emprego. Segundo o Boletim Económico do Banco de Portugal (2012), a eliminação da segmentação do mercado de trabalho é vista como principal prioridade, e para tal, a simplificação da legislação laboral através de um contrato único poderá igualmente ser uma opção eficiente. Outras organizações defendem o mesmo argumento, apontando para outra solução. De acordo com o Relatório da OCDE (2013), é necessário implementar medidas que diminuam a segmentação do mercado de trabalho, nomeadamente a redução da indemnização por despedimento.

Já autores como Sorensen e Whitta-Jacobsen (2010), defendem que as políticas económicas a adotar perante o desemprego cíclico são as políticas de estabilização, designadamente políticas monetárias e orçamentais, ao passo que para fazer face ao desemprego estrutural devem ser levadas a cabo políticas estruturais como a reforma do sistema de pagamento do subsídio de desemprego, do sistema educacional ou do sistema fiscal.

Contudo, atualmente não se tem verificado nenhuma destas medidas. Bem pelo contrário, atualmente estão a ser adotadas medidas de austeridade devido à crise económica e financeira instalada, que em última análise têm resultado em estagnação económica e desemprego mais elevado. Por este motivo, deveriam ser adotadas medidas mais expansionistas, através de maior investimento público, capaz de promover, por sua vez, o consumo e o investimento privado²⁵ e, conseqüentemente, o crescimento económico, e assim obter baixas taxas de desemprego, mas tal terá necessariamente de passar, pelo menos nesta primeira fase, pela realização de políticas sérias de estabilização das contas públicas de modo a restabelecer as condições financeiras para que tal seja possível de realizar. Uma maior eficiência e racionalidade na utilização destes recursos apresenta-se igualmente como uma condição fundamental para o sucesso da realização de políticas ativas de criação de emprego, em especial, de emprego para os jovens.

²⁵ Com os chamados efeitos *crowding-in*.

6. Conclusão

Como vimos ao longo deste trabalho, Portugal está atualmente a viver um período de contração económica, em que o desemprego, sobretudo jovem, se apresenta como um dos maiores flagelos das sociedades modernas.

Através dos dados apresentados na secção 2, verificou-se que a taxa de desemprego atingiu nos últimos anos números surpreendentes, afetando vários países da União Europeia, sobretudo a partir de 2008. Portugal tem sido um dos países mais sacrificados, com quase 16% da sua população desempregada. Porém, é no escalão dos jovens que estes números assumem valores muito preocupantes. Perto de 40% dos jovens portugueses entre os 15 e os 24 anos encontram-se desempregados e sem perspectivas futuras relativamente ao mercado de trabalho. Mais preocupante ainda é o facto de grande parte destes jovens possuir qualificações superiores, e que parece indicar que a posse de um diploma universitário já não é garantia de entrada no mercado de trabalho e, conseqüentemente, de um emprego estável.

O desemprego em Portugal têm inúmeras causas, nomeadamente a concorrência de países produtores de bens a baixo custo, com os quais Portugal não consegue competir, bem como a introdução de novas tecnologias que contribui para a eliminação de muitos postos de trabalho. A atual crise económica pela qual a economia portuguesa está a passar também é apontada como uma causa do aumento do desemprego, afetando vários setores de atividade. A inadequação entre as habilitações dos jovens e as necessidades das empresas é igualmente um fator de desemprego, sendo que a origem desta situação prende-se com o facto de existirem variadíssimos cursos ministrados nas universidades em que muitos deles têm pouca funcionalidade e empregabilidade. A segmentação e a rigidez do mercado de trabalho são também apontadas na explicação do desemprego, dado o enorme diferencial existente entre os dois tipos de contratos efetuados pelas entidades empregadoras.

Inevitavelmente, o aumento do desemprego jovem em Portugal gera algumas conseqüências a nível social, designadamente a perda de impostos que os indivíduos pagariam caso tivessem empregados, assim como um aumento da despesa pública na sequência do pagamento de subsídios de desemprego. A nível do indivíduo provoca a perda de rendimento e ainda danos psicológicos como a fraca autoestima e a reduzida esperança em encontrar um trabalho, criando necessariamente um sentimento de grande

frustração. Podemos de facto falar de uma geração jovem frustrada à qual muitas vezes não resta outra alternativa senão emigrar.

Perante todos estes efeitos, inevitavelmente as pessoas que não conseguem obter um emprego, vêem-se efetivamente obrigadas a procurar emprego noutros países, de modo a por os seus conhecimentos em prática e a procurar o retorno para o seu investimento realizado em educação, contribuindo assim para o aumento da taxa de emigração.

De modo a melhor compreender o fenómeno, neste trabalho foram realizados alguns testes com o objetivo de estimar o comportamento da taxa de desemprego jovem. As previsões realizadas apontam para valores acima dos 60% em 2015. Contudo, através da realização de uma análise de previsão contrafactual, constatou-se que a crise económica e financeira que atingiu Portugal, agravou bastante o comportamento desta variável, podendo dizer-se que é uma das principais causas para o desemprego. De acordo com as nossas estimações, caso este acontecimento não tivesse ocorrido, a taxa de desemprego jovem situar-se-ia em valores significativamente mais baixos, com uma previsão de 12,5% em 2010, sendo que o valor efetivo foi de 22,3%, registando-se assim um diferencial de quase 10%.

Perante estes resultados, é essencial que a problemática do desemprego jovem esteja nas agendas dos decisores políticos. A preocupação é muita, mas a realidade é que na prática e de modo efetivo não têm sido adotadas medidas que façam frente a este fenómeno. Como vimos anteriormente, a segmentação do mercado de trabalho é um dos elementos principais a ter em conta no combate ao desemprego. Assim, é fundamental uma alteração na legislação laboral, bem como a adoção de políticas ativas de criação de emprego, nomeadamente a adoção do sistema de *ensino dual* que vigora em países com baixas taxas de desemprego jovem. A aposta em novos setores, menos expostos à concorrência internacional, e um maior investimento público de forma a incentivar também o investimento privado e a impulsionar a economia, são também possíveis alternativas para a redução do desemprego.

Estas medidas são assim vistas como grandes desafios a enfrentar por Portugal, país onde os jovens são, sem dúvida, os que maior têm sofrido com a recente situação de crise económica e financeira.

Bibliografia

- Aguiar-Conraria, Luís; Alexandre, Fernando; Pinho, Manuel C. (2012) O euro e o crescimento da economia portuguesa: uma análise contrafactual, *Análise Social*, Vol. 47 N°203, 298-321.
- Amaral, João F. (2006) O Impacto Económico da Integração de Portugal na Europa, *Nação & Defesa*, N°115, 133-128.
- Andrade, João S.; Duarte, A.P. (2013) The Dutch Disease in the Portuguese Economy, *Grupo de Estudos Monetários e Financeiros*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, N°5, 1-33.
- Aubyn, Miguel St. (1997) Desemprego, Barros, Pedro P., *Problemas Atuais da Política Económica Portuguesa: Crescimento, Desemprego, Participação na União Económica e Monetária*, Lisboa, Conselho Económico e Social, 43-74.
- Caetano, José; Galego, Aurora; Costa, Sofia (2005) Portugal e o alargamento da União Europeia: alguns impactos sócio-económicos, *Análise Social*, Vol. 40, N°175, 255-278.
- Centeno, Mário; Novo, Álvaro A. (2012) Segmentação, *Banco de Portugal, Boletim Económico, Primavera*, Vol.18, N°1, 7-30.
- Comissão Europeia (2013) Comunicado da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Conselho Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Trabalhar juntos para os jovens europeus – Apelo à ação contra o desemprego dos jovens, 447, COM, Bruxelas.
- Informações também disponíveis em:
<http://ue.eu.int/policies/epsco/youth-employment?lang=pt>, visualizado a 27 de Dezembro.
- Dickey, D., Fuller, W. (1979) Distribution of the Estimators for Autoregressive Time Series With a Unit Root, *Journal of the American Statistical Association*, Vol.74, N°366, 427-431.
- Duarte, Adelaide; Andrade, João S. (2000) Taxa de desemprego natural, Uma Variável Cíclica? – Uma Aplicação a Algumas Economias Europeias, *Revista de Estatística*, Instituto Nacional de Estatísticas, Vol.2, 7-33.
- Ehrenberg, Ronald G.; Smith, Robert S. (2009) *Modern Labor Economics*, Boston, Addison-Wesley.

- Eichhorst, W.; Hinte, H.; Rinne, U. (2013) Youth Unemployment in Europe: What to Do about It?, IZA Policy Paper 65, Institute for the Study of Labor, Bonn.
- Friedman, Milton (1968) The Role of Monetary Policy, *The American Economic Review*, Vol. 58, Nº1, 1-17.
- Gonçalves, Carlos M. (2005) Evoluções Recentes do Desemprego em Portugal, *Revista Científica Nacional*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Nº15, 125-164.
- Governo de Portugal (2012) Plano Estratégico de Iniciativas à Empregabilidade Jovem e de Apoio às PME - IMPULSO JOVEM, Comissão Interministerial para a Criação de Emprego e Formação Jovem, Lisboa.
Informações também disponíveis em <http://www.impulsojovemp Portugal.pt/>, visualizado a 27 de Dezembro.
- Greene, William (2012) *Econometric Analysis*, Boston, Pearson Education.
- Lourenço, Camilo (2012) *Basta! O que fazer para tirar a crise de Portugal*, Lisboa, Matéria-Prima.
- Lucas, Robert E.; Rapping, Leonard A. (1969) Real Wages, Employment and Inflation, *The Journal of Political Economy*, Vol.77, Nº5, 721-754.
- Lucas, Robert E. (1972) Expectation and Neutrality of Money, *The Journal of Economic Theory*, Vol.4, Nº2, 103-124.
- Malheiros, Jorge (2011) Portugal 2010: O Regresso do País de Emigração?, *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 2, N.º 1, 133-142.
- Mankiw, N. Gregory (2009) *Principles of Economics*, South Melbourne, South-Western Cengage Learning.
- Marx, Karl (1867) *O Capital: Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, Vol.I: O Processo de Produção do Capital, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Mateus, Augusto (2010) Relatório sobre o Desenvolvimento da Economia Portuguesa, *Gabinete de Estudos da Caixa Geral de Depósitos*, Vol.1, 1-118.
- Pedroso, P; Ferreira, A.C.; Dornelas, A.; Estanque, Elísio; Centeno, M.; Novo, A.; Henriques, M. (2005) *Acesso ao Emprego e Mercado de Trabalho*, Coimbra, Faculdade de Economia.
- Phelps, Edmund S. (1967) Phillips Curves, Expectations of Inflation and Optimal Unemployment over Time, *Economica*, Vol.34, Nº135, 254-281.
- Phelps, Edmund S. (1968) Money-Wage Dynamics and Labor-Market Equilibrium, *The Journal of Political Economy*, Vol.76, Nº4, 678-711.

- Phelps, Edmund S. (1995) The Structuralist Theory of Employment, *The American Economic Review*, Vol.85, Nº2, 226-231.
- Phillips, A. W. (1958) The Relation between Unemployment and the Rate of Change of Money Wage Rates in the United Kingdom, 1861-1957, *Economica*, Vol.25 Nº100, 283-299.
- Samuelson, Paul A.; Solow, Robert M. (1960) Analytical Aspects of Anti-Inflation Policy, *The American Economic Review*, Vol.50, Nº2, 177-194.
- Sorensen, Peter B.; Whitta-Jacobsen, Hans J. (2010) *Introducing Advanced Macroeconomics: Growth and Business Cycles*, New York, McGraw-Hill.
- Organização Internacional do Trabalho (2012) A crise do emprego jovem: tempo de agir, *Conferência Internacional do Trabalho*, relatório V, 1-128.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2013) Portugal: Reforming the State to Promote Growth, “*Better Policies*” Series, 1-74.

Endereços eletrónicos:

Instituto Nacional de Estatísticas: www.ine.pt

Pordata: www.pordata.pt

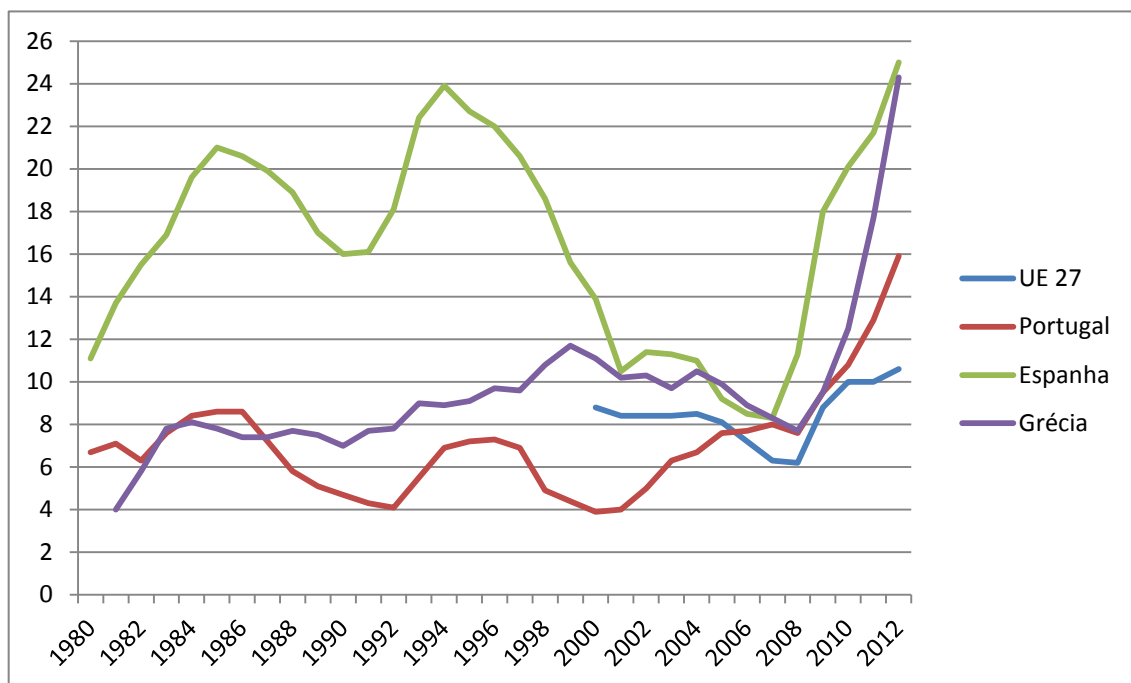
Eurostat: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>

Organização Internacional do Trabalho: <http://kilm.ilo.org/kilmnet/>

Anexos

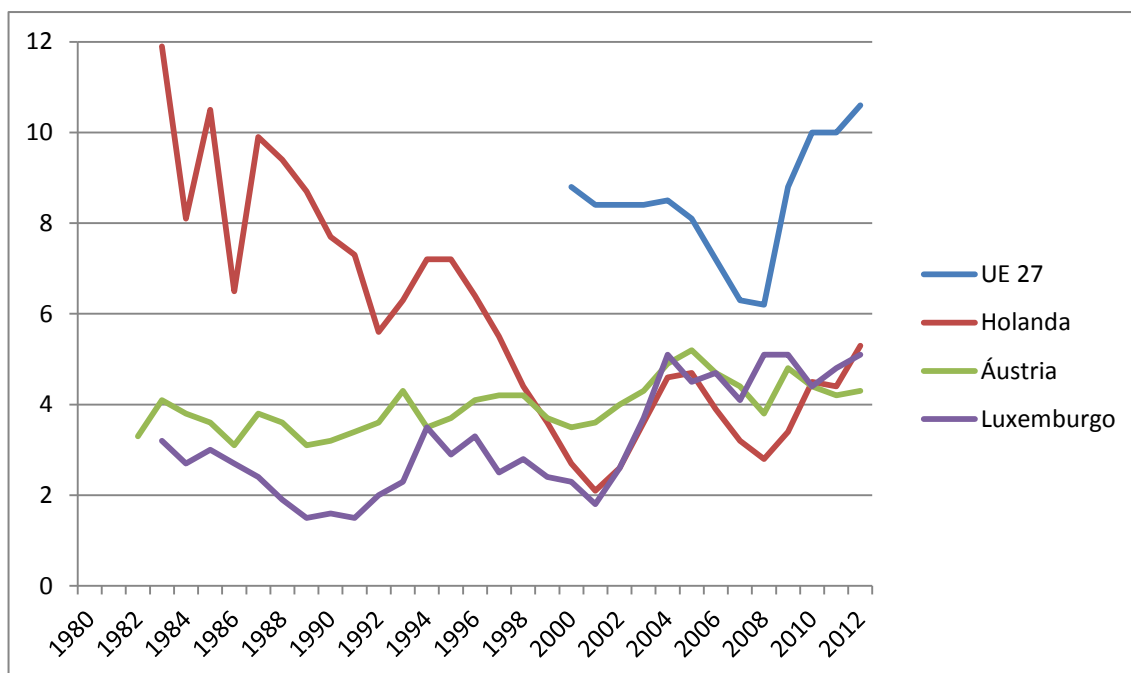
Anexo 1 – Taxa de Desemprego (%) de 1980 a 2012

Figura A.1 – Comparação entre a União Europeia e os Três Países com as Mais Altas Taxas de Desemprego



Fonte: OIT.

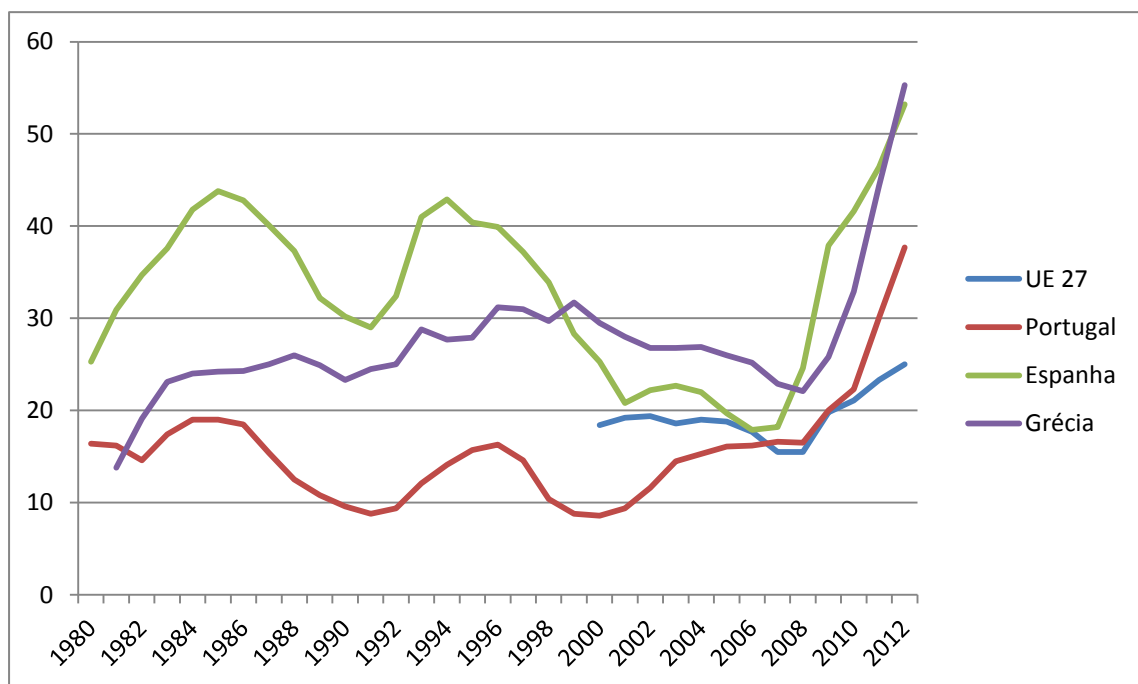
Figura A.2 – Comparação entre a União Europeia e os Três Países com as Mais Baixas Taxas de Desemprego



Fonte: OIT.

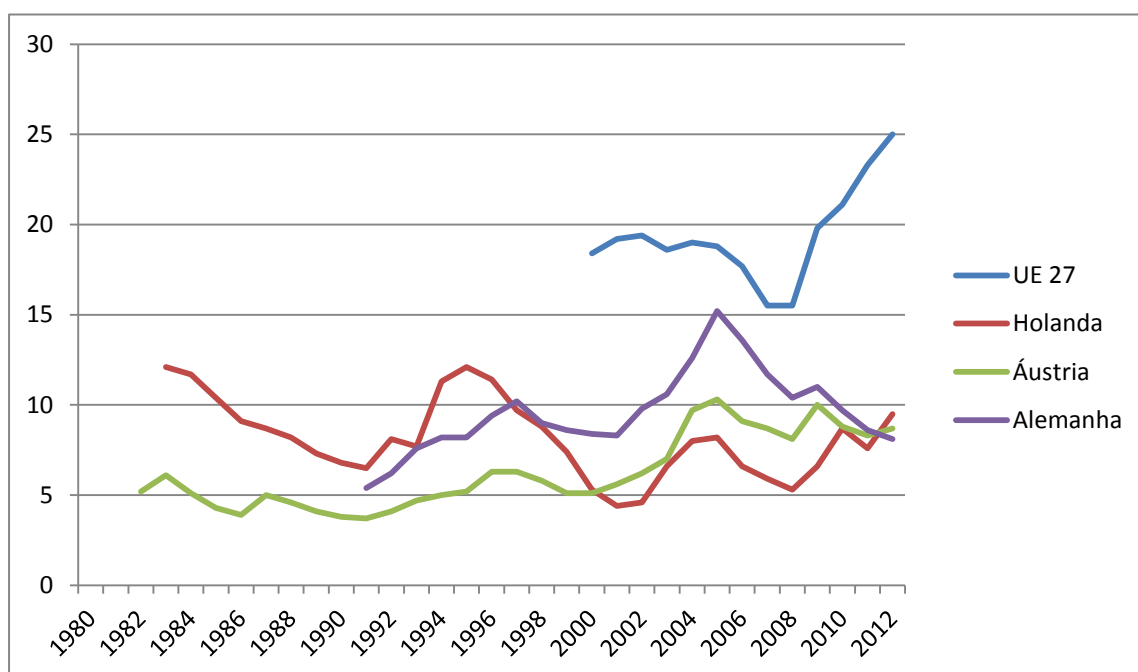
Anexo 2 – Taxa de Desemprego Jovem (%) de 1980 a 2012

Figura A.3 – Comparação entre a União Europeia e os Três Países com as Mais Altas Taxas de Desemprego Jovem



Fonte: OIT.

Figura A.4 – Comparação entre a União Europeia e os Três Países com as Mais Baixas Taxas de Desemprego Jovem



Fonte: OIT.

Anexo 3 – Teste de Dickey-Fuller Aumentado para a Taxa de Desemprego Jovem

A: Para a Previsão Futura até 2015 (período temporal 1980 a 2012)

Teste de Dickey-Fuller Aumentado com hipótese nula de raiz unitária: $a = 1$.

Teste Aumentado de Dickey-Fuller para TDJ

incluindo um desfasamentos de $(1-L)TDJ$

dimensão de amostragem 31

teste sem constante

modelo: $(1-L)y = (a-1)*y(-1) + \dots + e$

coeficiente de 1ª-ordem para e: 0,034

valor estimado de $(a - 1)$: 0,0205908

estatística de teste: $\tau_{nc}(1) = 0,860947$

valor p assintótico 0,8956

teste com constante

modelo: $(1-L)y = b_0 + (a-1)*y(-1) + \dots + e$

coeficiente de 1ª-ordem para e: 0,054

diferenças desfasadas: $F(2, 26) = 8,253 [0,0017]$

valor estimado de $(a - 1)$: -0,0103899

estatística de teste: $\tau_c(1) = -0,0949444$

valor p assintótico 0,9483

com constante e tendência

modelo: $(1-L)y = b_0 + b_1*t + (a-1)*y(-1) + \dots + e$

coeficiente de 1ª-ordem para e: 0,015

diferenças desfasadas: $F(2, 25) = 5,893 [0,0080]$

valor estimado de $(a - 1)$: -0,00869644

estatística de teste: $\tau_{ct}(1) = -0,0814724$

valor p assintótico 0,9952

Teste Aumentado de Dickey-Fuller para d_TDJ

incluindo um desfasamento de $(1-L)d_TDJ$

dimensão de amostragem 30

teste sem constante

modelo: $(1-L)y = (a-1)*y(-1) + \dots + e$

coeficiente de 1ª-ordem para e: 0,040

valor estimado de $(a - 1)$: -0,21011

estatística de teste: $\tau_{nc}(1) = -1,06905$

valor p assintótico 0,2583

teste com constante

modelo: $(1-L)y = b_0 + (a-1)*y(-1) + \dots + e$

coeficiente de 1ª-ordem para e: 0,051

valor estimado de $(a - 1)$: -0,241365

estatística de teste: $\tau_c(1) = -1,21994$

valor p assintótico 0,6682

Teste Aumentado de Dickey-Fuller para d_d_TDJ
 incluindo um desfasamento de (1-L)d_d_TDJ
 dimensão de amostragem 29

teste sem constante

modelo: $(1-L)y = (a-1)*y(-1) + \dots + e$
 coeficiente de 1ª-ordem para e: 0,058
 valor estimado de (a - 1): -0,828998
 estatística de teste: $\tau_{nc}(1) = -2,99562$
 valor p assintótico 0,002671

teste com constante

modelo: $(1-L)y = b_0 + (a-1)*y(-1) + \dots + e$
 coeficiente de 1ª-ordem para e: 0,062
 valor estimado de (a - 1): -0,849191
 estatística de teste: $\tau_c(1) = -2,98711$
 valor p assintótico **0,03613**

Quadro A.1 – Tipo de Modelo ARIMA e Critério de Informação de Schwarz

Variável	Tipo de Modelo ARIMA	Critério de Schwarz
Taxa de Desemprego Jovem (TDJ)	(0,2,0)	131,7543
	(0,2,1)	138,2913
	(0,2,2)	135,1994
	(1,2,0)	138,1990
	(1,2,1)	139,9657
	(1,2,2)	138,3223
	(2,2,0)	140,5659
	(2,2,1)	143,3994
	(2,2,2)	140,4408

Fonte: Elaboração própria utilizando o programa GRETLL.

Quadro A.2 – Previsão Futura da Taxa de Desemprego Jovem até 2015

Para intervalos de confiança a 95%, $z(0,025) = 1,96$

Anos	Previsão	Erro Padrão	Intervalo a 95%
2013	45,6	1,95	41,7 - 49,4
2014	53,7	4,36	45,1 - 62,2
2015	62,0	7,29	47,7 - 76,3

Fonte: Elaboração própria utilizando o programa GRETLL.

B: Para a Análise Contrafactual de 2008 a 2010 (período temporal 1980 a 2007)

Teste de Dickey-Fuller Aumentado com hipótese nula de raiz unitária: $a = 1$.

Teste Aumentado de Dickey-Fuller para TDJ

incluindo 4 defasamentos de $(1-L)TDJ$

dimensão de amostragem 23

teste sem constante

modelo: $(1-L)y = (a-1)*y(-1) + \dots + e$

coeficiente de 1ª-ordem para e: -0,044

diferenças desfasadas: $F(4, 18) = 10,873$ [0,0001]

valor estimado de $(a - 1)$: -0,0100659

estatística de teste: $\tau_{nc}(1) = -0,58223$

valor p assintótico 0,4654

teste com constante

modelo: $(1-L)y = b_0 + (a-1)*y(-1) + \dots + e$

coeficiente de 1ª-ordem para e: -0,042

diferenças desfasadas: $F(4, 17) = 12,761$ [0,0001]

valor estimado de $(a - 1)$: -0,277516

estatística de teste: $\tau_c(1) = -2,35954$

valor p assintótico 0,1535

Teste Aumentado de Dickey-Fuller para d_TDJ

incluindo um defasamento de $(1-L)d_TDJ$

dimensão de amostragem 25

teste sem constante

modelo: $(1-L)y = (a-1)*y(-1) + \dots + e$

coeficiente de 1ª-ordem para e: 0,035

valor estimado de $(a - 1)$: -0,521687

estatística de teste: $\tau_{nc}(1) = -3,00699$

valor p assintótico 0,002573

teste com constante

modelo: $(1-L)y = b_0 + (a-1)*y(-1) + \dots + e$

coeficiente de 1ª-ordem para e: 0,039

valor estimado de $(a - 1)$: -0,521527

estatística de teste: $\tau_c(1) = -2,94431$

valor p assintótico **0,04043**

Quadro A.3 – Tipo de modelo ARIMA e Critério de Informação de Schwarz

Variável	Tipo de Modelo ARIMA	Critério de Schwarz
Taxa de Desemprego Jovem (TDJ)	(0,1,0)	112,2085
	(0,1,1)	106,5367
	(0,1,2)	108,8785
	(1,1,0)	107,0672
	(1,1,1)	108,6308
	(1,1,2)	111,9063
	(2,1,0)	107,8256
	(2,1,1)	105,6034
	(2,1,2)	106,5756

Fonte: Elaboração própria utilizando o programa GRETLL.

Quadro A.4 – Valores Previstos para os anos 2008 a 2010

Para intervalos de confiança a 95%, $z(0,025) = 1,96$

Anos	Valores Efetivos	Valores Previstos	Erro Padrão	Intervalo a 95%
2008	16,5	15,7	1,18	13,4 - 18,1
2009	20,0	14,2	2,08	10,1 - 18,2
2010	22,3	12,5	2,64	7,3 - 17,7

Fonte: Elaboração própria utilizando o programa GRETLL.

C: Para a Análise Contrafactual de 2010 a 2012 (período temporal 1980 a 2009)

Teste de Dickey-Fuller Aumentado com hipótese nula de raiz unitária: $a = 1$.

Teste Aumentado de Dickey-Fuller para TDJ

incluindo 2 desfasamentos de $(1-L)TDJ$

dimensão de amostragem 27

teste sem constante

modelo: $(1-L)y = (a-1)*y(-1) + \dots + e$

coeficiente de 1ª-ordem para e: 0,036

diferenças desfasadas: $F(2, 24) = 6,785$ [0,0046]

valor estimado de $(a - 1)$: 0,00645536

estatística de teste: $\tau_{nc}(1) = 0,290038$

valor p assintótico 0,7699

teste com constante

modelo: $(1-L)y = b_0 + (a-1)*y(-1) + \dots + e$

coeficiente de 1ª-ordem para e: 0,014

diferenças desfasadas: $F(4, 19) = 6,221$ [0,0022]

valor estimado de $(a - 1)$: -0,146173

estatística de teste: $\tau_c(1) = -0,958546$

valor p assintótico 0,7698

Teste Aumentado de Dickey-Fuller para d_TDJ
 incluindo um desfasamento de (1-L)d_TDJ
 dimensão de amostragem 27

teste sem constante

modelo: $(1-L)y = (a-1)*y(-1) + \dots + e$
 coeficiente de 1ª-ordem para e: 0,035
 valor estimado de (a - 1): -0,515266
 estatística de teste: $\tau_{nc}(1) = -2,73973$
 valor p assintótico 0,005974

teste com constante

modelo: $(1-L)y = b_0 + (a-1)*y(-1) + \dots + e$
 coeficiente de 1ª-ordem para e: 0,044
 valor estimado de (a - 1): -0,515943
 estatística de teste: $\tau_c(1) = -2,70964$
 valor p assintótico **0,07231**

Quadro A.5 – Tipo de modelo ARIMA e Critério de Informação de Schwarz

Variável	Tipo de Modelo ARIMA	Critério de Schwarz
Taxa de Desemprego Jovem (TDJ)	(0,1,0)	121,8794
	(0,1,1)	118,5299
	(0,1,2)	120,4168
	(1,1,0)	118,0900
	(1,1,1)	120,3606
	(1,1,2)	123,5585
	(2,1,0)	119,6362
	(2,1,1)	120,4973
	(2,1,2)	120,3848

Fonte: Elaboração própria utilizando o programa GRET.L.

Quadro A.6 – Valores Previstos para os anos 2010 a 2012

Para intervalos de confiança a 95%, $z(0,025) = 1,96$

Anos	Valores Efetivos	Valores Previstos	Erro Padrão	Intervalo a 95%
2010	22,3	22,1	1,55	19,1 - 25,1
2011	30,1	23,4	2,88	17,8 - 29,1
2012	37,7	24,3	4,12	16,2 - 32,4

Fonte: Elaboração própria utilizando o programa GRET.L.